



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 060

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 060

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Pequeno Expediente/Grande Expediente:

Dia Mundial do Meio Ambiente

Proponentes:

Dep. Cida Borghetti 03

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 04

Oradores:

Dep. Rosane Ferreira..... 05

Dep. Osmar Bertoldi 06

Dep. Elton Welter..... 07

Revmo. Sr. Dom Moacyr Vitti

Arcebispo de Curitiba 08

Expediente:

Mensagem 11

Ofícios..... 13

Indicações 14

Ação Direta de Inconstitucional. ... 14

Designações 15

Requerimentos 16

Projetos de Lei 20

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto.....28

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida29

Liderança da Oposição

Dep. Luiz Eduardo Cheida31

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins33

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch.....34

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente36

Discussão/Votação

Redação Final37

3ª Discussão.....37

2ª Discussão.....39

1ª Discussão.....43

Requerimentos45

Encerramento da Sessão45

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico45

Contrato de Fornec. de Açúcar.....45

DIÁRIO Nº 060

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE JUNHO DE 2007**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Beti Pavin e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr.

Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Nishimori e Mamede (02).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Pequeno Expediente/Grande Expediente

Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente

Explico aos Srs. Deputados e aos convidados que a Sessão de hoje, por proposição da Deputada Cida Borghetti e do Deputado Luiz Eduardo Cheida, terá os Pequeno e Grande Expedientes para homenagear o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Com muito prazer anuncio a presença de Dom Moacyr Vitti - Arcebispo Metropolitano de Curitiba, que fará uso da palavra também na Sessão de hoje.

Concedo a palavra à Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; (faz saudação às autoridades); em especial queria saudar o Dom Moacyr Vitti, Arcebispo da Arquidiocese de Curitiba, que muito nos honra com sua presença, num dia tão importante, onde falamos da preservação do meio ambiente, mas mais do que isso, falamos da vida!

Quero saudar os amigos da imprensa, que aqui estão, os convidados, demais membros da CNBB, que também nos honram com sua presença. Gostaria de cumprimentar, mais uma vez, o Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, pela sua sensibilidade, pela maneira como conduz os trabalhos desta Casa, agradecendo sempre o apoio dos funcionários, da assessoria, do cerimo-

nial, da assessoria da Mesa, que muito tem colaborado com os trabalhos desta Casa.

Hoje é um dia especial e por isso tivemos a honra, Francisca Meirelles, nossa grande amiga e assessora da CNBB e que tem feito um trabalho extraordinário junto aos Parlamentares, gostaria de agradecer por isso, mas convidamos Dom Moacyr para que pudesse falar sobre o tema da Campanha da Fraternidade, chamada “Vida e Missão nesse Chão; Amazônia”, nossa grande e bela floresta.

Gostaria de ressaltar o trabalho da nossa Comissão Permanente de Ecologia e Meio Ambiente, presidida pelo nosso colega Eduardo Cheida, um profundo conhecedor desta matéria e também fazendo parte a Deputada Rosane Ferreira, que vai nos falar sobre este tema, meio Ambiente e ecologia, que ela, por ser do Partido Verde, tão somente já diz tudo, a preservação do verde.

(Lê):

“A Campanha da Fraternidade foi lançada com âmbito nacional em 26 de dezembro de 1963, recebendo o impulso renovador do Concílio Vaticano II, e realizada pela primeira vez na quaresma de 1964, bem na revolução.

A Campanha da fraternidade, desde 1964, procura despertar o espírito comunitário e cristão, trazendo a todos o compromisso com o bem comum.

O grande desafio hoje de todos nós é preservar nosso meio ambiente, assegurando que nossas futuras gerações possam continuar vivendo e convivendo com a última floresta preservada do planeta.

Cabe-nos destacar que a Campanha da Fraternidade para 2008 já tem escolhido o tema: “Fraternidade e defesa da vida - escolha, pois, a vida”. Nós também escolhamos a vida! Citamos aqui o Capítulo 30, versículo 19, do livro Deuteronômio - Moisés fala: *Os céus e a terra tomo hoje por testemunhas contra ti, que te propus a vida e a morte, a benção e a maldição. Agora escolhe a vida, para que vivas, tu e os teus filhos.*”

Belo ensinamento. Vamos todos escolher a vida!

Gostaria de passar a palavra, em seguida, ao Deputado Cheida e, posteriormente, a Dom Moacyr Vitti, cuja história de vida merece ser mencionada neste evento.

Dom Moacyr foi escolhido pelo Papa João Paulo II como Bispo titular da SITA e Auxiliar de Curitiba, em 18 de novembro de 1987, sendo sagrado Bispo por Dom Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba, na Matriz Santo Antônio, em Americana, em 03 de janeiro de 1988, assumindo sua missão episcopal na Arquidiocese de Curitiba em 1º de março de 1988. Como Bispo Auxiliar, Dom Moacyr foi responsável pelas paróquias da periferia de Curitiba e das pastorais, movimentos e associações. Foi Secretário do Regional Sul 2 da CNBB, que envolve todas as Dioceses do estado do Paraná, onde também foi o responsável das pastorais vocacional e universitária. Seu lema episcopal é: “um só coração, uma só alma.”

Parabéns Dom Moacyr, pela iniciativa! É bom tê-lo conosco e vamos todos fazer a nossa parte, preser-

vando o meio ambiente. Desejo a todos que possam, depois desta tarde, com várias palestras, refletir mais sobre o aquecimento global tão refletido e tão falado.

O Deputado Cheida vai nos brindar com essa cartilha chamada “Aquecimento Global: o que você pode, o que você deve fazer”.

Muito obrigada a todos e uma boa Sessão.

Gostaria de agradecer e registrar a presença do Adriano Guzoni, representando a Primeira-Dama do município de Curitiba, Dona Fernanda Richa, bem como do Sr. Péricles Silveira da Polícia Rodoviária Federal, representando a Inspectora Alice Nascimento.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Nobres Deputados, quero cumprimentá-los e cumprimentar, especialmente, a Deputada Cida Borghetti, pela sua gentileza e pela propriedade em ter a iniciativa de convidar o Arcebispo Dom Moacyr e os membros da CNBB para fazerem desta Sessão o abrihantamento que desejamos e que, sobretudo, a Sessão merece.

Uma verdadeira Sessão Verde, como chamou, algumas vezes, a nossa querida Deputada Rosane Ferreira. Temos, sem dúvida nenhuma, um momento especial para refletirmos sobre algumas coisas. Eu me permitiria, neste momento, ler um texto que fiz a esse respeito, que envolve a CNBB e a questão ambiental, se me permitirem.

Por incrível que pareça a maioria ainda desconhece que vivemos em uma crise ambiental sem precedentes, a despeito do bombardeio dos meios de comunicação, dos professores na escola, de todos aqueles que falam, da vizinha neurótica que calça sapatinhos no cachorro e da gritaria de velhos e neoecologistas. São elas as pessoas mais simples, que por não possuírem meios ou não disporem de tempo ou mesmo não compreenderem o que ouvem ou lêem, quando lêem - segundo o IBGE, 25% dos alfabetizados brasileiros não entendem o que lêem - mantêm-se à margem de qualquer entendimento mais sistêmico.

Apegados mais à tradição do que a premência da mudança de hábito, acabam por respaldar as seculares agressões ambientais de que todos somos vítimas. E como vão ficar sabendo, a fim de encaixarem-se no rol dos que sabem e não fazem, ou daqueles que fazem e pouco sabem?

Esse tipo de brasileiro só vai ficar sabendo se a mensagem chegar até o seu casebre, no meio da mata ou

na escarpa do morro, dentro do mangue ou sobre a palafita, levada por alguém que tenha a paciência necessária para ensiná-lo a ver de modo diferente. Não é fácil, porque é longe, muitas vezes perigoso, e outras vezes inútil. Por isso, não é fácil. Também por isso a ignorância cresce ao invés de regredir.

Vejo em campanhas, como a atual Campanha da Fraternidade: “Fraternidade e Amazônia, Vida e Missão nesse Chão”, uma dessas oportunidades. O Brasil tem mais de 70% de católicos; 124 milhões de pessoas ou 73,6% da população, segundo o IBGE no censo de 2000. Essas campanhas extrapolam as Igrejas Católicas e a Amazônia que está no inconsciente coletivo da nação. Assim, é lícito supor que embora já tenham tratado de temas afins, a Igreja Católica, como a água, os índios, poucas são as chances que o povo mais humilde tem de ver bater em sua porta ensinamentos ambientais, traduzidos em sua língua.

Esta, sem dúvida nenhuma, é uma grande campanha. E é uma campanha porque estamos no limiar de um século onde já detectamos, indiscutivelmente, que a crise dele é uma crise ambiental.

Arcebispo Dom Moacyr José Vitti.

É fundamental que a capilaridade desta discussão, de fato, chegue ao povo mais humilde, aquele muitas vezes que faz com que se traduza em agressões ambientais a agressão social que sofrem com a miséria, o desemprego, o baixo salário e conseqüentemente o risco da sua sobrevivência.

Por isso, é muito feliz a idéia da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná de trazê-lo aqui para nos brindar com os ensinamentos da Campanha da Fraternidade, porque acredito que se boa parte dos católicos, sem mencionar as demais religiões que crescem muito em nosso país, se debruçarem sobre os ensinamentos que a Igreja Católica neste momento nos traz a respeito da reflexão necessária sobre a questão ambiental, mesmo que em especial a floresta amazônica, o Brasil será outro depois desta campanha.

E acredito piamente na força, na capilaridade que a Igreja Católica possui, no tipo de ensinamento, na abnegação necessária para chegar até o pequeno casebre, a mais humilde moradia, para levar traduzido em linguagem própria as questões ambientais, porque elas nada mais são do que questões sociais.

E com esta forma de pensar, quero parabenizar o Presidente, a Mesa Diretora, toda a Assembléia Legislativa, em especial a Deputada Cida Borghetti e a presença de Dom Moacyr José Vitti entre nós.

Muito obrigado!

Oradores

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, Exma. Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Revmo. Sr. Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo Metropolitano de Curitiba; Exma. Sra Deputada Beti Pavin, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Chico Noroeste, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, senhores, senhoras, Deputados, Deputadas:

Com os problemas ambientais que enfrentamos hoje, qualquer ação para proteger nossos rios é justificável. Se tratando do rio Iguaçu, o maior e mais importante rio paranaense, essas ações são ainda mais significativas.

(Lê)

“O rio Iguaçu nasce no planalto de Curitiba, próximo à Serra do Mar, e percorre 1.300 quilômetros até a cidade de Foz do Iguaçu, onde nos proporciona o belíssimo espetáculo das cataratas.

Mas quem viaja a Foz do Iguaçu para ver as cataratas, muitas vezes esquece que a cabeceira do rio - tão próxima de nós - está pedindo socorro.

O nome Iguaçu vem do termo indígena “água grande”. Tupi-guarani. Mas hoje esse rio de “água grande” está minguando diante de nossos olhos. Nos períodos de estiagem, em muitos trechos resta pouco mais que um filete.

As várzeas do rio Iguaçu, na alta bacia da região metropolitana de Curitiba, têm aproximadamente 122 quilômetros, sendo que 2/3 estão comprometidos pela exploração de areia e argila.

Restam 35 quilômetros de várzeas ainda exploráveis de areia, desde a rodovia do Xisto, Br - 476 até a cidade de Balsa Nova.

É este o trecho que pretendemos transformar em Unidade de Conservação, e criando um corredor de biodiversidade entre os municípios de Araucária, Contenda, Balsa Nova e Lapa.

O rio Iguaçu é um patrimônio histórico e cultural, fundamental para a formação da identidade dos paranaenses. Por muito tempo, o rio foi o principal elo com o interior e protagonista de todos os ciclos econômicos do estado.

A proposta que apresentamos está amparada na Constituição Brasileira, pela Lei nº 9985 de 2000 e está em conformidade com o Plano Diretor de Araucária.

O ecossistema de várzea e de mata de galeria é composta por uma biodiversidade enorme. São mais de 40 espécies vegetais, 77 espécies animais, muitas em risco de extinção como a lontra, o gato-do-mato e o tatu-galinha.

A fauna de aves da região é das mais ricas. Já foram identificadas 375 espécies, muitas associadas, direta ou indiretamente, à flora característica desse ecossistema de várzeas que compõem o bioma de mata atlântica do estado do Paraná.

Se mantivermos a exploração da areia e argila das várzeas do rio Iguaçu nos mesmos patamares de hoje, os ambientalistas calculam que em 8 anos não existirá mais argila nem areia natural e muito menos ecossistema à ser conservado.

O rio Iguaçu é o maior patrimônio natural do município de Araucária, mas apesar de existirem grandes empreendimentos que impactam o meio ambiente local, nunca, em tempo algum, qualquer destas empresas investiu recursos na implantação, conservação ou manutenção de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral no município de Araucária.

Conforme relatou nesta Casa o Gerente-Geral da Refinaria Getúlio Vargas - REPAR, Sr. João Adolfo Ode-rich, a PETROBRAS investirá US\$ 2,6 bilhões em Araucária até 2010.

Fomos testemunhas da exploração, na semana passada, quando comemorávamos os 30 anos da REPAR.

A lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza regulamenta que os recursos provenientes de empreendimentos que exigem EIA/RIMA devem destinar o mínimo de 0,5% dos investimentos para a criação de Unidades de Conservação. Cerca de R\$ 40 milhões, Presidente Nelson Justus. É isso o que nós pretendemos.

A proposta de criação da Unidade de Conservação do Ecossistema de Várzea do Rio Iguaçu encontra-se na Câmara Técnica do IAP e espero contar com o apoio de todos os Srs. Deputados para sua implantação. Este será o maior e mais importante parque da região metropolitana.”

Estamos propondo que possamos destinar esse recurso, que nos é cabido por lei, para a criação dessa unidade de conservação, que seria um parque, Deputado Dobrandino, que começaria ali em Araucária e iria até a cidade de Balsa Nova, onde transformaríamos todas as várzeas do rio Iguaçu em um grande parque.

Como eu disse no relato que fiz há pouco, temos ainda cerca de 8 a 6 anos de exploração de areia. Embora a lei seja clara, que quando se tira a areia das margens, o bioma das várzeas do Iguaçu deveria ser reconstituído de forma semelhante, ou seja, igual ao mesmo bioma de extração, sabemos que isso não acontece. Basta que os senhores cheguem até as bordas do rio Iguaçu e atravessem a ponte que faz a ligação de Araucária rumo a Lapa e Contenda para olhar no entorno o estrago que temos nas nossas várzeas. Isso sem contar os inúmeros acidentes das cavas abandonadas.

Então, tudo isso é que fez eu trazer hoje essa proposta: a proposta de criação da Unidade de Conservação do Ecossistema Várzea do Iguaçu, onde seria destinado esse dinheiro da ampliação da PETROBRAS e que se encontra hoje na Câmara Técnica do Instituto Ambiental do Paraná - essa proposta com outras.

Espero contar com o apoio de todos os Srs. Deputados e com as bênçãos de Dom Moacyr para sua implantação, nesse que será o maior e mais importante parque da região metropolitana.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência anuncia e registra, com muita satisfação, a presença da jornalista Juril Carnascialli, que nos enriquece e enriquece esta Sessão.

Com a palavra o Deputado Osmar Bertoldi.

Deputado Osmar Bertoldi (Democratas)

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente e demais convidados nesta tarde de hoje.

O Dia Internacional do Meio Ambiente, um dia a ser lembrado, em parte comemorado e em parte, porque não dizer, às vezes uma situação bastante trágica quando se diz respeito à questão ambiental no mundo e em especial nos países em desenvolvimento.

Uso esta tribuna hoje a pedido do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que em reunião da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia comentava de cada um dos membros falar de um tema. Estou aqui hoje para falar sobre cidades sustentáveis. E o que é esse tema na verdade?

Temos que imaginar que hoje temos no planeta Terra 6 bilhões de habitantes, sendo que desses 6 bilhões, a metade vive em cidades. Mas, temos uma previsão que em 2050 teremos cerca de 9 bilhões de habitantes e desse, 2/3 viverão em cidades, em metrópoles na verdade, porque hoje não se encontra mais divisas nos grandes centros urbanos, pois as cidades muitas vezes mudam de nome, mas são todas a mesma área urbana, a mesma massa urbana e isso tem se agravado em todas as cidades do mundo. Isso não é uma questão apenas do Brasil, mas é uma questão da Europa, da América do Norte, uma questão a ser tratada na Ásia e, enfim, em todos os cantos do nosso planeta.

Quando se fala das metrópoles, não podemos deixar de dizer que 2/3 dessa população viverá em cidades, o que é o mesmo que dizer que 6 bilhões de pessoas, em 2050, viverão nesses espaços urbanos. E o que é preciso fazer para criarmos um círculo virtuoso e não um círculo de problemas?

Precisamos ter ações e usar todos os agentes públicos possíveis para fazer desses lugares ambientes melhores para se viver.

Ao meu ver e ao ver de uma série de especialistas na área de urbanismo, trata-se muito desse tema analisando, em primeiro lugar, aquele que é a razão de tudo isso, que é o ser humano, o cidadão. E o cidadão em uma cidade é chamado de pedestre e é desse pedestre que, ao meu ver, os planos urbanos de qualquer cidade têm que tratar. A hora que um pedestre tem condições de caminhar, a hora que um pedestre tem condições de ir e vir, de acessar os serviços do seu dia-a-dia, como ir à padaria, ir ao supermercado, ir à escola a pé, nós estamos evitando o quê? O uso do automóvel é um dos maiores inimigos do

efeito estufa que assola o nosso planeta. O automóvel é responsável por 40% das emissões de CO₂. E falar no Dia do Meio Ambiente sem falar do efeito estufa é debater, muitas vezes, algo que está aí à nossa frente.

Nós tivemos a oportunidade de estarmos presentes, junto com o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, na cidade da Califórnia, onde ele fazia uma palestra a respeito do efeito estufa no planeta. Os dados são alarmantes e são muito preocupantes no sentido em que algo que se imaginava para daqui a 100, 200 anos, hoje está muito próximo de nós. Não é uma coisa para daqui a 3, 4 gerações, talvez seja para a geração dos nossos filhos, talvez seja para a geração dos nossos netos. E nesse sentido é que, ao falar de cidades, nós precisamos ter uma cidade onde ela contemple o pedestre, contemple o uso da bicicleta com vias exclusivas para o acesso de ir e vir, onde a bicicleta também possa ser integrada com o transporte coletivo, onde ela seja vista como um outro meio de transporte. E isso não é algo difícil de ser feito por uma cidade, é só direcionar a cidade para a utilização de outros meios.

Quando se fala de trânsito, não se pode esquecer que um dos melhores agentes para se combater o trânsito é o transporte coletivo, o incentivo ao transporte de massa, seja ele sobre pneus, seja sobre trilhos, mas, acima de tudo, seja com qualidade e que atraia, principalmente, os usuários para dentro desse sistema. Hoje, infelizmente, o que vemos em países em desenvolvimento, e é o caso da nossa cidade, é o caso do nosso país, é que o usuário do transporte coletivo, na sua grande maioria, é somente aquele que por uma condição social não tem condições de ter um automóvel. Infelizmente essa é a realidade aqui em nosso país.

Para se mudar essa situação é preciso o quê? Ofertar qualidade, rapidez e eficiência. E essa busca é que um administrador público, preocupado em diminuir os índices de poluição que uma cidade tem naturalmente no seu funcionamento, ao meu ver, tem que estar sempre com os olhos para esse lado.

Quando eu iniciei a minha fala, eu falava de acessar, de maneira fácil e ágil, bens e serviços. Ora, as cidades têm o melhor mecanismo possível para poder dar essa condição à sua população através da Lei de Uso do Solo. É na Lei de Uso do Solo que é possível você determinar moradia e serviços com proximidades. Aqui em Curitiba, temos um exemplo extraordinário da questão das estruturais, dos eixos norte/sul/leste/oeste, onde convive transporte coletivo, serviços e moradia em harmonia. Esse exemplo há de ser dado a outras cidades do mundo, como é dado pelo mundo afora. Mas, esse é apenas um mecanismo para que possamos dar um exemplo do que é possível fazer com a Lei de Uso do Solo, prevendo a impermeabilização mínima em uma edificação.

Temos um projeto de lei tramitando na Casa que fala de construções sustentáveis, para que o estado possa a partir dessa lei aprovada, em terrenos onde for construir um equipamento público, ele, no máximo, impermeabi-

lize 50% do solo. E quando nesse imóvel, porventura, tiver alguma vegetação, no máximo, chegue a 30% do solo a ser utilizado, ou seja, mantendo a sua mata.

Quando falamos de sustentabilidade, não falamos somente naquela conversa romântica de manutenção do ecossistema, mas sim proporcionar ao homem uma maneira de se desenvolver, mas se desenvolver com inteligência, com coerência, e, fundamentalmente, preservando a natureza. Ao meu ver, também quando se fala em uma cidade sustentável, é preciso dar incentivos a essas construções sustentáveis, o aproveitamento maior da luminosidade natural, do sol que tanto irradia o nosso planeta, o aproveitamento da ventilação natural, o aproveitamento das águas de chuva - que tem projetos nesta Casa tramitando, do Deputado Cheida - nas edificações; o aproveitamento, por que não dizer, de todo o resíduo sólido gerado numa construção como esta. É criar, de verdade, um ciclo sustentável.

Hoje, no mundo moderno, nós criamos uma nova figura. No passado falava-se de florestas, como até hoje falamos, e hoje tivemos como um dos temas a floresta amazônica, mas temos que falar de uma outra floresta, uma floresta criada pelo homem, que se chama floresta urbana. Esta floresta, que é composta por fundos de vales, pela preservação dos fundos de vales de uma cidade, que é composto pela massa arbórea que temos nas ruas da nossa cidade, e para que esta floresta seja tratada com zelo pelos seus cidadãos, para que ela seja tratada pela humanidade com zelo, é preciso inventariar esta floresta e fazer um plano de manejo dela, e hoje quando uma cidade tem a condição de inventariar sua floresta, ela tem condições de atrair recursos públicos através do crédito de carbono para toda a sua coletividade, através de programas ambientalmente corretos.

E é neste sentido que viemos nos manifestar hoje nesta Casa para fazer um alerta - eu sei que vários Deputados aqui têm suas bases eleitorais, são municipalistas, muitos já foram Prefeitos ou serão Prefeitos e o que o administrador público, um administrador público moderno tem que ter em sua mente é a questão da sustentabilidade nas cidades. Quando digo isto, digo porque acredito que o homem do mesmo jeito que criou esta situação quase catastrófica, ele mesmo, no seu poder de regeneração, vai poder dar um novo rumo à história. E para dar este novo rumo é preciso uma mudança de postura.

Falou-se muito aqui do lixo urbano, da questão da reciclagem do lixo. Quero aproveitar a data de hoje para comentar a respeito de um projeto de lei que estamos dando entrada nesta data, em comemoração a este dia especial. Eu falava com o Deputado Cheida há dias atrás que não tinha achado um mecanismo tributário para amarrar um plano de metas na questão da reciclagem nos municípios do estado do Paraná. E me debrucei, estudei e consegui encontrar uma saída que é na questão dos 25% do ICMS.

Então, estamos entrando com uma proposta de lei para se destinar 1% do ICMS para a questão das cidades

que reciclam seus lixos com plano de metas - não com um plano de metas para daqui um dia, uma semana, mas um plano de metas que vai do ano de 2010, com uma reciclagem nos municípios do estado do Paraná de 10%, até 2050 com 55% do lixo urbano do estado do Paraná. Os Prefeitos que administram suas cidades através de consórcio ou não, terão sim, a obrigatoriedade, se quiserem fazer parte desse bolo econômico, de ter políticas públicas voltadas para a reciclagem. E por que a reciclagem. E por que a reciclagem? Se hoje, na humanidade, 100% da população utilizasse os recursos naturais ou vivessem como vivem os países de primeiro mundo, com acesso a bens de consumo, e aí o dilema, todos querem desenvolvimento social em todos os países em desenvolvimento, mas se todos vivessem uma qualidade de vida de classe média, teríamos que ter hoje 5 planetas Terra em recursos naturais para poder suportar a demanda de cada cidadão ter acesso a carro, ar condicionado, televisão, geladeira, enfim, a todos os bens de consumo que o mundo moderno nos proporciona.

Se não fizermos nada a curto, médio e longo prazo, na questão de reutilizar os recursos que aí estão, no sentido de que a cidade que vê, muitas vezes, o lixo como um problema, a meu ver o lixo é um excepcional gerador de oportunidades, é um excepcional gerador de riquezas.

Perdemos no Brasil em torno de 4 bilhões e meio segundo a agência COMPRE, que é o compromisso empresarial para reciclagem em recursos simplesmente por não reciclar, reciclamos somente 1,5% dos recursos do nosso lixo orgânico. Temos avançado muito na questão do papel ondulado e na questão do alumínio, mas temos que avançar ainda mais em outras áreas e poder, sim, um dia, bater no peito e dizer que o Brasil, sem dúvida nenhuma, que tem o potencial que poucos países têm de ser o país mais ecológico do mundo, poder bater no peito e ser de verdade. Não só pelos seus recursos naturais, mas também porque o homem e a sua população agiram no rumo certo.

Por isso eu queria agradecer a todos vocês que estão hoje aqui na Casa, agradecer ao Presidente Nelson Justus pela oportunidade, agradecer ao Deputado Cheida por nos convocar para fazer um leve detalhamento a respeito de um tema que, ao ver de muitas pessoas é muito importante, não somente para o futuro do nosso estado, das nossas cidades, mas sim para o futuro das próximas gerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. convidados, Srs. Deputados.

Realmente a missão ambiental é muito grande e eu, como membro da Comissão de Meio Ambiente, quero parabenizar nosso Presidente que nos incumbiu dessa tarefa de falar, trazer aqui esta temática ligada ao meio ambiente.

Na verdade, a questão ambiental está em nós, somos nós que temos que tomar decisões. O que fazemos na questão ambiental? Esta é a pergunta que temos que responder. O que estamos fazendo para compensar o lixo que deixamos todos os dias? Várias são as medidas que podem ser tomadas, já foi falado da questão pessoal de cada um e precisamos estar falando e sendo exemplo. O que é possível fazer? Já foi falado, mas pretendo repetir, Bertoldi, que foi muito feliz na sua fala.

Algumas dicas que as pessoas podem fazer: aproveitar ao máximo a luz do sol; economizar energia elétrica, usar lâmpadas fluorescentes que são mais econômicas; secar roupas em varais; economizar água, tomar banhos rápidos; lavar a louça sem deixar a torneira aberta o tempo todo; não tirar as folhas da calçada com a mangueira; reciclar materiais, produzir menos lixo; andar mais a pé - não é fácil, não é gente? - ou optar pelo sistema de transporte coletivo, que é uma alternativa que existe em todas as cidades. Se não for possível tentar deixar o carro na garagem em alguns dias da semana.

Sr. Presidente, são questões como estas que nos fazem refletir. Parece que é impossível fazer isso e temos que buscar fazer essa reflexão? Quantos litros de água gastamos por dia, no banho? Quantas vezes poderíamos usar o transporte coletivo e usamos o carro que é mais cômodo? É uma discussão que precisa ser feita para evitarmos a poluição e tantas outras questões, mas eu vejo temas positivos, propositivos que estão acontecendo e eu queria colocar aqui que são programas que estão funcionando e que já conscientizaram muitos produtores.

Por exemplo: Parque de Ilha Grande. A grande reserva que tem no oeste do estado, na região de Guaíra. Esse Parque de Ilha Grande é um parque nacional e não tinham sido indenizados os ilhéus daquelas propriedades. O Governo achou uma alternativa que resolveu 2 problemas: além de resolver o problema da indenização desses produtores, está resolvendo o problema da compensação da reserva legal. É um projeto piloto para todo o país. Quem está dentro da Bacia do Paraná-3 poderá comprar uma área dentro de Ilha Grande e compensar dentro da bacia, conforme a legislação ambiental. É um projeto piloto que começou no Paraná e se estenderá para outros países. Isso é muito importante. Resolve o problema da reserva legal dos 20% dos produtores daquela região e eles vão resolver o problema ambiental para todo o tempo.

Outra questão que, no passado, os produtores rurais não admitiam. Hoje a questão da mata ciliar já não se discute mais, os produtores já aceitam, está superado e sobre a reserva legal, está se buscando alternativa, gradativamente.

Outro assunto de suma importância e medidas positivas que estão sendo feitas aqui no Paraná. Programa que é coordenado pela Itaipu, que é o Cultivando Água Boa. É um exemplo para o país e para o mundo. Começa desde a nascente dos rios, recuperando a mata ciliar na beira das águas, até desembocar no rio Paraná, no lago de Itaipu. Esse projeto já foi reconhecido no mundo e esperamos que isso seja estendido para todos os rios e riachos do Paraná.

São medidas como essas que as futuras gerações agradecerão muito àqueles que defendem. Muitas vezes temos que ser radicais na posição, quando queremos as compensações ambientais. Quando questionamos o uso abusivo de agrotóxicos neste país, às vezes se pensa meramente na lógica do mercado em usar inseticidas e herbicidas e não se olha na ótica do consumidor. Quem defende a linha de cultivo orgânico, com menos agrotóxicos, às vezes, é considerado retrógrado, atrasado. Quem questiona o uso de alimentos geneticamente modificados, é chamado: "Puxa, vocês não defendem a tecnologia, vocês são atrasados...". Ora, temos notícias que vários países do mundo querem a nossa produção porque nós conseguimos segregar. E como fica o nosso consumidor que quer comer comida com menos agrotóxicos e nós temos o grande desafio de orientar a nossa produção de alimentos para serem alimentos mais saudáveis e com menos agrotóxicos?

Seria isso.

(Apresentação Musical)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Revmo. Sr. Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo Metropolitana de Curitiba, que falará sobre a Campanha da Fraternidade de 2007: "Fraternidade e Amazônia. Vida e Missão neste Chão".

Revmo. Sr. Dom Moacyr Vitti - Arcebispo Metropolitano de Curitiba

O REVMO. SR. DOM MOACYR JOSÉ VITTI

Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Sra. Deputada Beti Pavin, 1ª Secretária; Exma. Sra. Luciana Rafagnin, 2ª Secretária.

Minha saudação a todos os demais Deputados, autoridades aqui presentes, meus caros Padres, religiosos e religiosas e todos os irmãos e irmãs de diversas comunidades aqui presentes.

Meu agradecimento, de coração, à Deputada Cida Borghetti, por esta oportunidade de estar aqui hoje para apresentar este tema tão importante.

A Campanha da Fraternidade deste ano corresponde plenamente ao Dia Internacional do Meio Ambiente que estamos celebrando no dia de hoje.

(Lê):

“A Amazônia, nestes últimos anos, tem despertado muito interesse em todas as partes do mundo, pois além de suas riquezas naturais, da sua sócio-biodiversidade, por ser um dos maiores reservatórios de água doce do mundo, existe uma grande preocupação com a preservação e o cuidado desses tesouros de dimensões planetárias.

A Igreja não poderia ficar de fora do debate que essas preocupações provocam, pois ali também está o maior tesouro, foco principal das preocupações pastorais da Igreja, que é o amazônida, na sua diversidade sócio-cultural e religiosa.

O episcopado brasileiro, reunido em Assembléia, em Itaici, por sua missão evangelizadora, tem os olhos voltados para a Amazônia, acompanhando os passos que a Igreja vem dando na região há muito tempo, sobretudo nos últimos anos, em que ela se sente desafiada pelas contínuas investidas contra a obra do Criador naquela região e pelas agressões à dignidade e aos direitos humanos de tantos filhos e filhas de Deus.

Há muito tempo os Bispos dos regionais existentes na Amazônia expressam nas múltiplas iniciativas comuns e no cuidado pastoral a colegialidade eclesial. Como gesto concreto de co-responsabilidade de toda a Igreja no Brasil em relação às Igrejas na Amazônia, a CNBB criou em 1972 o Projeto Igrejas-Irmãs que tem favorecido o intercâmbio e a ajuda mútua entre dioceses e prelazias. Para articular melhor e favorecer mais ainda a solidariedade da Igreja de todo o Brasil para com a Igreja que está naquele chão, a CNBB criou em 2002 a Comissão Episcopal para a Amazônia (CEA).

Vários passos já foram dados:

- a divulgação em nível nacional do projeto com os programas a serem implementados;
- a criação de comissões regionais para favorecer o intercâmbio;
- o envio de missionárias e missionários, não só religiosos e religiosas mas também leigos e leigas para a região.

Estas iniciativas denotam que o processo se realiza como um grande mutirão pela e com a Amazônia, acolhendo o apelo do saudoso Papa Paulo VI: “Cristo aponta para a Amazônia”.

CF e Amazônia

A Campanha da Fraternidade, promovida pela Igreja e proposta para toda a sociedade brasileira, interpelou a própria Igreja chamando-a a assumir com maior responsabilidade sua presença na Amazônia. A CF/2007 convidou o Brasil inteiro a descobrir a Amazônia e conhecê-la melhor com a riqueza que ela representa para o Brasil e para o mundo. Interpelou ainda a sociedade para instaurar uma ética e uma espiritualidade que gerem novas atitudes existenciais de convivência e relação harmoniosa com o universo, assumindo com toda a responsabilidade a missão de cuidar, zelar, defender e amar a criação como obra e dádiva divinas. Cuidar desse berço de vida exige de todos os brasileiros o compromisso de multiplicar instâncias de socialização e debates sobre a

região que devem ser promovidos sobretudo pelas universidades, escolas, associações, sindicatos, ONGs e movimentos sociais.

Importa pressionar, sobretudo, os políticos, Deputados Federais e Senadores para que cumpram o disposto no artigo 51 das disposições transitórias da Constituição Brasileira.¹

A CF sobre a Amazônia chamou a atenção de todo o Brasil. A previsão de alguns de que a Campanha não iria decolar fora da própria Amazônia foi desmentida pela participação maciça nos eventos em todos os quadrantes do país. Almeja-se agora que o tema Amazônia continue em pauta e a campanha tenha sido apenas o ponto de partida para a conscientização e sensibilização da Igreja e da Sociedade brasileira toda em relação a esta região maravilhosa que Deus criou como lar para tantos povos, hoje, infelizmente, tão ameaçada de destruição e morte, assim como os demais biomas brasileiros: a caatinga, o cerrado, o pantanal, a mata atlântica e o pampa.

Ao defendermos a Amazônia, estamos, sem dúvida, defendendo também os demais biomas do Brasil.

Amazônia brasileira e Pan-Amazônia

Os países que constituem a Amazônia Continental: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname enfrentam desafios semelhantes e sofrem as mesmas pressões internacionais. Urge assim discutir toda esta problemática no âmbito da Pan-Amazônia para catalisar forças e encontrar saídas comuns para os países de fronteira, visando o atendimento comum da população ao longo das fronteiras, especialmente os povos indígenas e população ribeirinha. A colaboração entre os países da Pan-Amazônia e iniciativas comuns para superar os problemas comuns chamaria atenção do mundo para o conjunto da Amazônia, ameaçada pela cobiça internacional.

Amazônia e visão planetária

O relatório do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC), que envolveu 2.500 cientistas de 130 países, revelou 2 lados estarrecedores:

- a) o aquecimento global é irreversível e já estamos dentro dele; a Terra busca um novo equilíbrio;

1. Art. 51. Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de Comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com áreas superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987. § 1º - No tocante às vendas, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação. § 2º - No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público. § 3 - Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a ilegalidade, ou havendo interesse público, as terras reverterão ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

b) o aquecimento é um fenômeno natural mas que após a revolução industrial foi enormemente acelerado pelas atividades humanas a ponto de a Terra não conseguir mais auto-regular-se. Prevêem-se inundações de cidades litorâneas, devastação da biodiversidade e milhões de pessoas correm risco de desaparecerem. Como não podemos parar a rota do aquecimento, podemos, pelo menos, desacelerá-la, mudando de paradigma.

O tema da Amazônia foi e continua sendo muito oportuno, pela importância que possui, no contexto brasileiro e mundial. Apesar de a CF-2007 ter assumido um tema regional, ele aponta para problemas que ultrapassam as fronteiras geográficas. Na aposta pela rearborização de todo o planeta, reduzindo a utilização dos bens naturais e reutilizando todos os recursos, entra a questão fundamental, que é a preservação da Amazônia.

A natureza é obra de Deus

O primeiro artigo que professamos no símbolo apostólico é que Deus é Pai e o Criador do céu e da terra. Em sua exortação pós-sinodal *Sacramentum Caritatis*, o Papa Bento XVI relaciona o cuidado pela criação com a Eucaristia, insistindo no desígnio amoroso de Deus que, em Jesus Cristo, recapitulou todas as coisas¹. Tudo, de fato, foi criado “em vista dele”².

*As condições ecológicas em que a criação subjaz em muitas partes do mundo suscitam preocupações, que encontram motivo de conforto na perspectiva da esperança cristã, pois esta compromete-nos a trabalhar responsavelmente na defesa da criação; de fato, na relação entre a Eucaristia e o universo, descobrimos a unidade do desígnio de Deus e somos levados a individuar a relação profunda da criação com a “nova criação” que foi inaugurada na ressurreição de Cristo, novo Adão.*³

A história do episcopado brasileiro registra denúncias feitas pelos Bispos da Amazônia em relação às situações de ameaças à vida, entre as quais os fatores que provocam a destruição da natureza, os grandes projetos dos gasodutos e das hidrelétricas, o contínuo latifúndio, as queimadas, o desflorestamento, o avanço da pecuária e do agronegócio provocando a destruição das florestas tropicais, a ameaça aos recursos genéticos pela biopirataria, particularmente junto às comunidades tradicionais da região, as invasões de terras indígenas e a exploração econômica das riquezas naturais do solo e subsolo; o precário funcionamento e o descuido dos organismos oficiais de proteção aos povos indígenas e povos sem contrato, o narcotráfico, a prostituição infantil e de adolescentes, o trabalho escravo, a violência no campo e na cidade e a conivência de autoridades a toda situação de injustiça e corrupção.

1. *Ef 1,10*

2. *Col 1,16*

3. *Sacramentum Caritatis*, 92

A Igreja na Amazônia historicamente tem assumido o compromisso da defesa da vida, da justiça e da paz para os povos dessa região.

E o mutirão deve continuar

O mutirão deve continuar. A Igreja está presente na Amazônia desde o século XVII e, cumprindo sua missão evangelizadora, sempre enfrentou grandes desafios e continua a fazê-lo até hoje:

- grande, distâncias entre vilas, povoados, aldeias, cidades, estradas, vicinais, rios, igarapés, onde vive o povo. É uma “região-continente”, onde o acesso é difícil, lento ou deficiente, apesar de toda modernidade;

- os meios de transporte e comunicação que a Igreja possui não permitem uma atuação eficaz e próxima da realidade do povo amazônida;

- os quadros da Igreja (Padres, Religiosos/as, Agentes de Pastoral, Catequistas) são insuficientes e há dificuldade para a renovação dos mesmos. É muito alto o custo de manutenção das casas de formação dos Sacerdotes nos grandes centros (Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco e Santarém). Também a formação de leigos e leigas é muito custosa;

- Os recursos financeiros são poucos, pela pobreza do povo católico, sobretudo nas regiões onde há maior necessidade de meios, pessoal, infra-estrutura e transporte;

- em geral, as ajudas de fora - de dioceses ou paróquias, das instituições ou agências - só subsidiam alguns projetos ou iniciativas, porém com tempo limitado; acabando o recurso, acaba o projeto ou a missão. A carência de recursos humanos e financeiros dificulta grandemente a ação evangelizadora da Igreja na Amazônia.

A Amazônia é hoje cobiçada pelo mundo todo, e isto a torna vulnerável. A existência de incalculáveis riquezas naturais tem atraído para a região todo tipo de gente, desde os aventureiros de sempre, que querem enriquecer de forma ilegal, abusiva e desrespeitosa em curto tempo e depois vão embora, até famílias que sonham com melhores condições de vida e procuram um pedaço de chão onde possam plantar e colher para sobreviver. Os conflitos de terra estão na ordem do dia, a intensa migração continua a inchar cidades e povoados, a violência ceifa vidas e gera um clima de insegurança para a população, políticas públicas que propiciem a mínima infra-estrutura para uma vida digna freqüentemente não passam de promessas e custam a ser implementadas.

A ação evangelizadora e pastoral de nossa Igreja está sendo desafiada por grandes massas carentes de tudo, afastadas das comunidades eclesiais e paróquias e desprovidas de cidadania. O povo está ávido de evangelização, faminto do Pão Eucarístico, sedento da Palavra da Vida. A Igreja na Amazônia enfrenta muita dificuldade na sua vontade de saciar a fome e a sede de todos! Outros se aproveitam das lacunas e atraem as ovelhas para seus apriscos. Muitas vezes é a realidade social e pessoal frag-

mentada que leva as pessoas a procurarem novos grupos religiosos.

Mesmo assim a Igreja está marcando sua presença de modo original, criativo e inculturado. É grande a vitalidade da Igreja na Amazônia! Mas, respeitando a autonomia da caminhada eclesial na região, a Igreja na Amazônia precisa de uma colaboração sistemática, constante, e permanente e da solidariedade da Igreja toda no Brasil e no mundo para poder cumprir sua missão evangelizadora e ação pastoral e sustentar seus projetos de formação de seminaristas e de agentes de pastoral.

A partir do final da década de 70, muitas das antigas prelazias foram elevadas à categoria de “diocese”, mas a Amazônia continua “Terra de Missão”! Somos hoje interpelados pela missão além fronteiras dentro do próprio país. Na era da globalização, nossa Igreja, mais do que nunca, deve contribuir para criar uma autêntica cultura globalizada da solidariedade¹. Chegou a hora de uma grande ação solidária de toda a Igreja no Brasil e do mundo para a evangelização e a defesa da vida na Amazônia.

Itaici, 1 a 9 de maio de 2007.

(aa) Cardeal GERALDO MAJELLA AGNELO

Arcebispo de São Salvador da Bahia

Presidente da CNBB

Dom ANTÔNIO CELSO DE QUEIRÓS

Bispo de Catanduva

Vice-Presidente da CNBB

Dom ODILO PEDRO SCHERER

Arcebispo de São Paulo

Secretário-Geral da CNBB”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ao encerrar esta homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, esta presidência convida os membros da Comissão de Meio Ambiente e demais convidados, para o plantio de um pinheiro araucária, a árvore símbolo do nosso estado, no jardim desta Casa, como uma forma de contribuir simbolicamente com o meio ambiente.

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Reaberta a Sessão.

A SRA 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

1. Exortação Pos-sinodal Ecclesia in America, 55

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 018/07

Curitiba, 31 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a aplicação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente ao ICMS.

A Lei Complementar nº 123/06 instituiu o Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, estabelecendo, de acordo com previsão constitucional, as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido ao ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios.

Vale ressaltar que, nos termos do artigo 94 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, a partir da vigência desta lei complementar, os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios deixarão de ter eficácia.

A carga tributária prevista na lei complementar para as microempresas e empresas de pequeno porte, aplicada ao ICMS, é maior que a efetivamente praticada para as mesmas empresas estabelecidas no Paraná.

O Governo do Paraná assumiu o compromisso de adoção de uma política fiscal específica, que objetive a criação de condições de sustentabilidade fiscal e econômica para as microempresas e as empresas de pequeno porte, contribuindo para a geração de emprego e renda. Neste contexto, é fundamental que os atuais benefícios fiscais para as empresas que irão se enquadrar no regime Simples Nacional sejam mantidos, sob risco de inviabilizar a adoção do regime, em relação aos aspectos tributários.

A proposição traz, como inovação, a fixação de uma faixa de isenção e de uma tabela de percentuais a serem aplicados para a determinação do imposto a ser recolhido mensalmente pelas empresas enquadradas no Simples Nacional, em substituição aos constantes nas tabelas dos Anexos I e II da Lei Complementar nº 123/06, com autorização do parágrafo 20 do seu artigo 18.

Com a presente proposição, o governo do Paraná busca gerar o menor ônus possível ao contribuinte microempresário e empresário de pequeno porte, por meio da adequação dos percentuais do Simples Nacional (na parte relativa ao ICMS) àqueles já praticados com base na legislação tributária paranaense.

Ressalte-se, por fim, que a proposição estabelece também normas gerais para a concessão de parcelamento, em até 120 parcelas, dos débitos de ICMS de estabelecimento que pretenda se enquadrar no Simples Nacional, e a possibilidade da aplicação das penalidades previstas no artigo 55 da Lei nº 11580/96, na prática de infrações vinculadas à falta de recolhimento do imposto devido nas hipóteses arroladas em seu artigo 5º, pelo estabelecimento, na qualidade de contribuinte ou responsável, independentemente das obrigações relativas ao Regime Simples Nacional, com base na permissão trazida no parágrafo 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº 123/06.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, referente à apuração e recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, inclusive obrigações acessórias, mediante regime único de arrecadação, obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo Único. A implementação das normas regulamentares estabelecidas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de que trata o inciso I do artigo 2º da Lei Complementar nº 123/06, quando necessária, será realizada por ato do Poder Executivo.

Art. 2º Ficam isentas do pagamento do ICMS as microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas neste estado e enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cuja receita bruta acumulada nos 12 meses anteriores ao do período de apuração não ultrapasse R\$ 360.000,00 (parágrafo 20 do artigo 18 da Lei Complementar nº 123/06).

Art. 3º O valor do ICMS devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas neste estado e enquadradas no Simples Nacional, considerando a receita bruta acumulada nos 12 meses anteriores ao do período de apuração, será determinado

de acordo com a tabela a seguir (parágrafo 20 do artigo 18 da Lei Complementar nº 123/06):

RECEITA BRUTA EM R\$	PERCENTUAL DE ICMS/PR
até 120.000,00	isento
de 120.000,01 a 240.000,00	isento
de 240.000,01 a 360.000,00	isento
de 360.000,01 a 480.000,00	0,67%
de 480.000,01 a 600.000,00	1,07%
de 600.000,01 a 720.000,00	1,33%
de 720.000,01 a 840.000,00	1,52%
de 840.000,01 a 960.000,00	1,83%
de 960.000,01 a 1.080.000,00	2,07%
de 1.080.000,01 a 1.200.000,00	2,27%
de 1.200.000,01 a 1.320.000,00	2,42%
de 1.320.000,01 a 1.440.000,00	2,56%
de 1.440.000,01 a 1.560.000,00	2,67%
de 1.560.000,01 a 1.680.000,00	2,76%
de 1.680.000,01 a 1.800.000,00	2,84%
de 1.800.000,01 a 1.920.000,00	2,92%
de 1.920.000,01 a 2.040.000,00	3,06%
de 2.040.000,01 a 2.160.000,00	3,19%
de 2.160.000,01 a 2.280.000,00	3,30%
de 2.280.000,01 a 2.400.000,00	3,40%

Parágrafo Único. Os percentuais utilizados para determinação do valor do ICMS devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas neste estado e enquadradas no Simples Nacional, mencionados no *caput* deste artigo, serão aplicados em substituição aos constantes nas tabelas dos Anexos I e II da Lei Complementar nº 123/06.

Art. 4º Na impossibilidade de aplicação dos percentuais relativamente ao ICMS estabelecidos nos artigos 2º e 3º desta lei, determinada pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, prevalecerão aqueles previstos nas tabelas dos Anexos I e II da Lei Complementar nº 123/06.

Art. 5º Independentemente das obrigações relativas ao Regime Simples Nacional, o recolhimento do ICMS devido, na qualidade de contribuinte ou responsável, deverá ser efetuado pelo estabelecimento de microempresa ou empresa de pequeno porte, nas seguintes hipóteses (inciso XIII do parágrafo 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº 123/06):

I - nas operações ou prestações sujeitas ao regime da substituição tributária;

II - por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação;

III - na entrada de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como da energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização;

IV - por ocasião do desembaraço aduaneiro;

V - nas arrematações em leilões;

VI - na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacobertada de documentação fiscal;

VII - na operação ou prestação desacobertada de documentação fiscal;

VIII - nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de antecipação de recolhimento do imposto;

IX - em relação ao diferencial de alíquotas.

Parágrafo Único. O Poder Executivo regulamentará a forma como será realizado o recolhimento do imposto nas situações previstas neste artigo.

Art. 6º Será concedido, para ingresso no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, parcelamento, em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos do ICMS correspondentes a fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2007, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1º O pedido de parcelamento deverá ser formalizado durante o período compreendido entre 2 de julho de 2007 a 31 de julho de 2007.

§ 2º O deferimento do pedido de parcelamento ficará condicionado ao pagamento da primeira parcela e ao enquadramento no Simples Nacional.

§ 3º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a cem reais.

§ 4º O pedido de adesão ao parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário.

§ 5º Acarretará rescisão do parcelamento, a falta de pagamento de:

a) 3 parcelas sucessivas ou não;

b) valor correspondente a 3 parcelas;

c) quaisquer das duas últimas parcelas, após 60 dias de inadimplência.

Art. 7º O Poder Executivo poderá requerer junto ao Comitê Gestor do Simples Nacional a adoção de sistema simplificado de arrecadação do Simples Nacional, conforme estabelecido no parágrafo 2º do artigo 21 da Lei Complementar nº 123/06.

Art. 8º As microempresas e empresas de pequeno porte que cometerem infrações vinculadas aos recolhi-

mentos de que trata o artigo 5º ficam sujeitas às penalidades previstas no artigo 55 da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 9º A opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, de que trata esta lei, implica renúncia a créditos ou saldo credor de ICMS que o contribuinte mantenha em conta-gráfica.

Art. 10. A presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo no prazo de 90 dias contados da data de sua publicação.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor em 1º de julho de 2007.

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 081, 083, 085, 087/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, comunicando que as Indicações Legislativas nºs 301, 302, 303 e 304 foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as necessárias análises dos assuntos versados. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 098/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nº 132/07 de autoria do Deputado Rui Hara; 176/07, do Deputado Dr. Batista; 199/07, do Deputado Douglas Fabrício; 200/07, do Deputado Marcelo Rangel; 202/07, do Deputado Elio Rusch, e 209/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CTL/CC 099/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 115/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. **Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.**

Sob o nº 244/07 do Senhor Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo referido Tribunal durante o 1º trimestre de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1053/07-OPD/GP do Senhor Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópia do Processo nº 349982/06-TC, referente à impugnação de despesas da CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1069/07-OPD/GP do Senhor Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópia do Processo nº 389495/03-TC, referente à impugnação de despesas realizadas pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. **Ao conhecimento da Casa.**

Ação Direta de Inconstitucionalidade

Do Sr. Desembargador Ruy Fernando de Oliveira, Relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 410475-8 do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figura como autor Valdir Rossoni, sendo interessados Assembleia Legislativa do Paraná e outro. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 148/07

SÚMULA:

Solicita a doação de imóvel urbano à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, na cidade de Guairacá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Governador Roberto Requião para solicitar:

1) A doação de terreno urbano de propriedade do estado do Paraná, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Guairacá.

2) O terreno sugerido para doação mede 1.800 m² (um mil e oitocentos metros quadrados) e é formado pelos lotes urbanos nºs 1, 2 e 3 da Quadra nº 23 da planta da cidade de Guairacá. É de propriedade do Governo do Estado do Paraná, conforme a matrícula nº 12674 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

3) Estabelece-se que o imóvel acima referido se destinará especificamente para sediar a construção de unidade escolar da APAE de Guairacá, retornando ao patrimônio estadual caso se comprove desvirtuamento da sua utilização, respeitando-se ainda as cláusulas costumeiras de inalienabilidade e impenhorabilidade.

JUSTIFICATIVA:

A indicação em tela objetiva possibilitar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Guairacá, a construção de uma escola para atendimento às crianças possuidoras de necessidades especiais e que já estão sendo assistidas pela entidade, embora precariamente.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

INDICAÇÃO Nº 149/07

SÚMULA:

Solicita a implantação da Ala de Queimados junto ao Hospital Regional do Noroeste na cidade Paranavaí.

Ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Governador do Estado, para solicitar o seguinte:

1) Seja construída a Ala dos Queimados no Hospital Regional do Noroeste em Paranavaí.

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado prepara-se para entregar às comunidades de 30 municípios, um amplo e moderno hospital.

A população de Paranavaí e região por ela polarizada acompanham com enorme ansiedade o assentamento de cada tijolo naquela obra, que resultará no atendimento de um dos seus mais antigos pleitos.

A enormidade do seu espaço físico, fruto de aproveitamento do que há de mais moderno e funcional na área da arquitetura hospitalar, abrigará aparelhagem médico-cirúrgica que permitirá a realização de procedimentos até então somente encontrados em grandes centros.

Dessa empreitada, participa a Prefeitura de Paranavaí, mas as prefeituras afiliadas da AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, coordenadas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, o CIS e principalmente, como investidor maior, o Governo do Paraná.

Daí o meu ânimo, norteador pela minha vivência na região, para reivindicar as instalações necessárias para funcionamento de ala especial para atendimento às vítimas de queimaduras, hoje já representadas por número elevado e que tende a aumentar geometricamente, com a implantação de mais usinas de açúcar e álcool naquele canto do nosso Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

INDICAÇÃO Nº 150/07

SÚMULA:

Solicita a Implantação de Serviço Móvel de Urgência - SAMU, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS de Paranavaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado Roberto Requião.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) Seja implantado, através da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, para funcionamento junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, o CIS de Paranavaí.

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação objetiva oferecer aos moradores do extremo noroeste paranaense, região polarizada pela cidade de Paranavaí, um serviço extremamente necessário que é o atendimento imediato do acidentado no local do sinistro, ação somente oferecida pela UTI Móvel, dotada de equipamentos adequados e para-médicos especializados, instrumentos imprescindíveis ao sucesso dos primeiros socorros seguida de transporte aos hospitais mais próximos.

O Deputado proponente salienta que o acolhimento da presente indicação atenderá aos reclamos de 28 municípios componentes do CIS/AMUNPAR de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

INDICAÇÃO Nº 151/07

SÚMULA:

Solicita Obras de Reforma e Ampliação das Pistas de Acostamento da Rodovia PR-569, trecho Nova Londrina - Marilena.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o Senhor Dr. Rogério Tizzot.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário dos Transportes, o engenheiro Rogério Tizzot, para solicitar o seguinte:

1) Sejam executadas obras de reforma e ampliação do percurso de 4 quilômetros da PR-569 e que interligam as cidades de Nova Londrina e Marilena.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em tela, Sr. Secretário, origina-se da Proposição nº 002 deste ano, formulada por todos os Srs. Vereadores membros da Câmara Municipal de Marilena, pleiteando obras de melhorias nas faixas de acostamento da rodovia que interliga as cidades de Marilena a Nova Londrina, num percurso de pouco mais de 4 quilômetros.

O documento firmado pelo Vereador Presidente Sr. Carlos César de Carvalho, da Câmara de Marilena é referendado pela Moção de Apoio também de nº 002, assinada pelo Vereador Presidente da Câmara de Nova Londrina, o Sr. Idreno Gregório.

Em viagens recentes à região, constatei a justeza da reivindicação elaborada pelos representantes das duas comunidades de Marilena e Nova Londrina.

Trata-se de trecho pouco extenso, mas muito movimentado, pois são centenas de pessoas que moram em Nova Londrina e trabalham em Marilena ou vice-versa e em sua grande maioria, usuárias de bicicletas, motocicletas e mesmo carroças pertencentes a pequenos chacareiros residentes ao longo daquele percurso, sujeitando-se a riscos de acidentes até fatais, por obrigarem-se a transitar na pista de rolamento.

Encaminho a presente solicitação, antecipando agradecimentos pela costumeira atenção do destinatário, o Sr. Secretário Rogério Tizzot, aos pedidos deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

INDICAÇÃO Nº 152/07

SÚMULA:

Sugere apoio do Governo do Estado ao programa “Melhoria da Infra-Estrutura do Hospital Universitário de Maringá”.

Ao Exmo. Sr. Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere apoio do Governo do Estado ao programa “Melhoria de Infra-Estrutura do Hospital Universitário de Maringá”;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo pedido do Superintendente do Hospital Universitário Regional de Maringá;

III - considerando, também, que o Hospital Universitário Regional de Maringá - HUM presta atendimento à população de Maringá e de 29 municípios da região noroeste do Paraná, vinculados a 15ª Região de Saúde, compreendendo aproximadamente 1 milhão de habitantes.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) DR. BATISTA

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Tadeu Veneri para representar esta Casa de Leis no 3º Congresso Nacional do MST, nos dias 13 e 14 de junho, na cidade de Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin para representar esta Casa de Leis em audiência com o Ministro de Educação, em defesa do Instituto do MERCOSUL, nos dias 14 e 15 de junho de 2007, na cidade de Brasília.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, licença para tratamento de saúde, conforme especificado no atestado médico, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, a partir da presente data.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) LUIZ FERNADES LITRO

REQUERIMENTO Nº 1573

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido

o Plenário, o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 11 de junho de 2007, para realização da leitura da Cartilha do Fórum Estadual da Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente, tendo em vista o dia Internacional de Luta contra o Trabalho Infantil (12/06).

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a ampliação para os anos de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002 as investigações dos gastos com publicidade e propaganda pelo Governo do Estado pela CEI aprovada em 29 de maio de 2007, pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, o uso do Grande Expediente do dia 20 de junho de 2007, a ser utilizado pela direção do Sindicato dos Empregados de Estabelecimento Bancário de Curitiba e Região - SEEB, na pessoas da Sra. Maria Stedille, que fará o uso da palavra, representando a entidade.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1563

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja criada a Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações sobre aproveitamento de potenciais energéticos no estado do Paraná, de composição aberta, formada por todos os Parlamentares desta Casa que desejarem ingressar na referida Frente Parlamentar.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual do Paraná em seu artigo 161, II estabelece que compete ao estado o acompanhamento e a fiscalização do uso dos recursos naturais.

Em razão disto, a Constituição Estadual institui em seu artigo 162 a necessidade da Assembléia Legislativa acompanhar o processo de tomada de decisão e a forma de aproveitamento energético de recursos hídricos do Paraná por meio de uma comissão parlamentar; e no artigo 163, a Constituição Estadual estabelece que: *O estado fomentará a implantação, em seu território, de*

usinas hidrelétricas de pequeno porte, para o atendimento ao consumo local, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente.

Aliás a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, foi autorizada pela Lei Estadual nº 14895/05 a empreender 3 usinas hidrelétricas de grande porte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ou de subsidiária integral desta, consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - Eletrosul, com o objeto de participar de leilão de concessões dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica localizados no estado do Paraná, denominados Usina Hidrelétrica de Salto Grande, no Rio Chopin; Usina hidrelétrica do Baixo Iguaçu, no Rio Iguaçu e Usina Hidrelétrica de Mauá no Rio Tibagi.

Por isso, a importância do processo de instalação e a operação desses 3 empreendimentos sejam devidamente acompanhados pelo órgão constitucionalmente competente do Poder Legislativo Estadual.

Já tem sido realizado nas dependências desta Casa de Leis, o ato público comemorativo do Dia Nacional de Luta contra as Barragens, organizado em conjunto pela Comissão Pastoral da Terra, pelo Movimento Atingindo por Barragens, por entidades ambientais como o Centro de Estatuto, Defesa e Educação Ambiental e a Liga Ambiental. Nesses eventos têm sido trazidas ao conhecimento deste Parlamento Estadual as reivindicações e preocupações dos movimentos sociais e ambientalistas acerca do processo de instalação desses 3 novos empreendimentos, de interesse da COPEL, o que demonstra a necessidade de uma imediata providência no sentido de acompanhar a questão.

No último evento, foi divulgado inclusive o Relatório Independente sobre a Usina Hidrelétrica (UHE) de Mauá, elaborado pela Frente de Proteção do Rio Tibagi e que descreve uma série de eventuais irregularidades e transgressões aos direitos humanos que estariam sendo cometidas num empreendimento que é do interesse da COPEL.

O objetivo desta Frente Parlamentar é de apurar os processos de instalações, fiscalizar as licenças, acompanhar as licitações das legislações ambientais, acompanhar os processos das usinas hidrelétricas já instaladas e aquelas a serem instaladas, com ou sem concessão no estado do Paraná.

Assim, no intuito de resguardar a COPEL e o patrimônio público de todos os paranaenses é que a Deputada Rosane Ferreira requer neste Dia Internacional do Meio Ambiente a instalação e o funcionamento da Frente Parlamentar de acompanhamento e fiscalização do uso dos potenciais hidroenergéticos.

REQUERIMENTO Nº 1571

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os Projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 166/07, que declara de utilidade pública a JERA - Cooperativa de Trabalho e Estudo na Área da Toxicomania, com sede e foro no município de Curitiba, por não existir mais a entidade.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1570

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 264/07, de minha autoria, que isenta cobrança de tarifas de pedágio para motocicleta.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja autorizada a realização do referente o Projeto Federal nº 3854/97, que dispõe sobre a participação dos agricultores no processo de classificação e recebimento do fumo e dá outras providências, no dia 29 de junho de 2007, às 9h, no Plenário da Assembléia.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) PEDRO IVO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri.

REQUERIMENTO Nº 1555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja designado um representante oficial desta Casa, para participar do 15º SUESPAR - Simpósio das UNIMEDS do estado do Paraná, nos dias 07, 08 e 09 deste mês, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja instalada na cidade de Irati, no próximo dia 04 de julho de 2007, às 10h, uma Sessão Solene da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O município de Irati estará completando no próximo dia 15 de julho, seu centenário de emancipação política. Dentro das festividades alusivas à data, teríamos imenso prazer em ver instalada neste dia uma Sessão Solene desta Casa de Leis, fato este inédito na cidade de Irati. Anexamos à presente cópia do Ofício nº 010/07 da Prefeitura Municipal de Irati, assinada pelo seu Prefeito Sérgio Luiz Stoklos, que trata do mesmo assunto.

REQUERIMENTO Nº 1552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a democrática manifestação do douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à nova diretoria da Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas, presidida pelo Dr. Nilton Ribeiro de Souza. A entidade reúne profissionais de notável competência e alta respeitabilidade, daí o aplauso deste Poder Legislativo. A nova diretoria é composta, ainda, pelo Vice-Presidente, Rogério Oscar Botelho; Secretário-Geral Bruno, Augusto Gonçalves Viana; Secretário-Adjunto, Danilo Guimarães Rodrigues Alves; Tesoureiro, Luciano Nei Cesconetto; Diretor-Jurídico, Omar Elias Geha; Diretor-Social e Eventos, Alessandro Maurici; Diretora de Relações Públicas, Raquel Regina Bento Farah; Diretora de Assistência Social, Anna Martha Uhrigshardt Silva; Diretor Orador Oficial, Alessandro Silvério; Diretor-Tesoureiro, Luciano Nei Cesconetto, Conselho Deliberativo: Presidente César Zerbini; Vice-Presidente, Mário Lúcio Monteiro Filho; Secretário-Geral, Samir Mattar Assad.

Requeiro que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada ao Presidente Nilton Ribeiro de Souza, à avenida Cândido de Abreu, 776, sala 607, CEP 80530-000, em Curitiba, com votos de muito êxito na nova gestão.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1574

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município

da Lapa, pela comemoração, no próximo dia 13 de junho, de seus 238 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Miguel Lourenço Horning Batista, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Mansur de Jesus Daou, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em, nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do município da Lapa.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição, pretendemos homenagear todos os administradores que prestaram relevantes serviços à população de nossa legendária Lapa, que estará comemorando, no próximo dia 28 de junho, seus 238 anos de emancipação política.

Congratulamo-nos com as autoridades constituídas do município e com o povo em geral, pelo transcurso da significativa data.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população da Lapa, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

É muito importante reconhecer e prestar homenagem as pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e de toda a população da Lapa no transcurso de seus 238 anos.

REQUERIMENTO Nº 1581

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao jornalista Franklin Vieira da Silva, enviando-lhe voto de congratulações, em razão da eleição à Vice-Presidente da Associação dos Diários do Interior - ADI, bem como em razão da formação da Frente Parlamentar de Apoio à Mídia Regional.

A Frente Parlamentar de Apoio à Mídia Regional foi lançada no dia 30 de maio de 2007, na Câmara Federal. A formação desse grupo parlamentar foi incentivado por associação e entidades ligadas ao setor em todo o Brasil, a exemplo da Associação dos Diários do Interior - ADI, e a Central de Comunicação, participando da cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar.

A Frente Parlamentar já conta com a adesão de 224 Deputados Federais e tem por objetivo fortalecer e potencializar a comunicação regional por meio de uma política específica, aprimorando a legislação pertinente ao assunto.

Nessa linha de pensamento, terão voz 180 jornais do interior, 180 jornais do interior, 1.300 semanários, além de 5.000 rádios brasileiras.

A nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação dos Diários do Interior - ADI, que tomou posse na mesma cerimônia, ficou assim constituída: Eládio Dios Vieira da Cunha (ADI/RS) - Presidente; Franklin Vieira da Silva (ADI/PR) Vice-Presidente; Margareth Cedraz (ADI/BA) - Diretora-Secretária; Claudio José Schlindwein (ADI/SC) - Diretor-Tesoureiro; Adriano da Fonseca Kalil Escada (ADI/SC) - Diretor-Executivo.

Conselho Fiscal: Ivanor José de Tassis (ADI/MG); Maria Luiza Sczulezewski (ADI/RS); Amer Félix Ribeiro (ADI/SC); Antonio Carlos Campos (ADI/MG).

Esta Casa homenageia o único representante do Paraná na diretoria da Associação dos Diários do Interior - ADI, desejando-lhe trabalho profícuo em favor da comunicação.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1584

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Diretora de Relações Institucionais e Marketing do Hospital Pequeno Príncipe. Exma. Sra. Ety Cristina Forte Carneiro, bem como ao Conselheiro da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, Exmo. Sr. José Alvaro Carneiro enviando-lhe voto de congratulações, em razão das atividades realizadas em 2006 no Hospital Pequeno Príncipe.

O Hospital Pequeno Príncipe e o Hospital de Crianças César Pernetta são as duas unidades assistenciais da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro. Nessas unidades são atendidas crianças e adolescentes de zero a 18 anos, vindas de todo o Paraná, de outros estados e de alguns países vizinhos.

Algumas características do Hospital Pequeno Príncipe reforçam a sua condição de alta complexidade: 62 leitos de UTI; foram tratadas 2.507 crianças e adolescentes em 2006. Os leitos estão distribuídos em UTI Pediátrica, UTI Cirúrgica, UTI Neonatal e UTI Cardíaca.

No mesmo período foram realizados 16 transplantes de fígado, 12 transplantes de rim, 60 transplantes de tecido ósseo, 6.077 sessões de quimioterapia e 7.368 sessões de hemodiálise.

Outro destaque é o grande número de cirurgias. Em 2006, foram 14.488, ou seja, 61,6% dos pacientes internados foram submetidos a algum procedimento

cirúrgico. Já nos 37 ambulatorios, 258.202 atendimentos, um crescimento de 14% em relação a 2005.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1568

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao COPE - Centro de Operações Policiais Especiais.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao COPE - Centro de Operações Policiais Especiais, pela sua atuação firme e destemida no combate ao crime organizado e pela competência que caracteriza os seus Delegados, Superintendentes, Agentes e demais funcionários.

Inequivocadamente, o COPE tem prestado serviços de alta relevância para a sociedade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Euclides da Cunha, de Matelândia.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Euclides da Cunha, conta com 1.600 alunos, entre os ensinos fundamental e médio.

É imprescindível a construção de uma quadra coberta, tendo em vista que a região é uma das mais quentes do estado e servirá para melhor atender os alunos, proporcionando um local apropriado para a realização de atividades físicas.

REQUERIMENTO Nº 1557

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Walbach Tizzot, solicitando providências urgentes no sentido de recuperar o recapeamento asfáltico dos trechos das estradas abaixo relacionadas, tendo em vista o estado precário em que se encontram, fato que coloca em risco a vida de quem por elas trafega cotidianamente:

- Missal à Medianeira - 30 quilômetros;
- Missal à Santa Helena - 30 quilômetros;
- Missal à Praia de São Miguel em São Miguel - 14 quilômetros;

- Santa Helena à Vera Cruz do Oeste - 65 quilômetros.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo sejam tomadas providências urgentes no sentido de determinar seja devolvido à administração do município de Santa Helena, a Base Náutica construída em razão dos Jogos Mundiais da Natureza, naquele município. Tal solicitação prende-se ao fato de a Itaipu Binacional ter cedido a administração da referida Base Náutica ao Estado do Paraná, que por sua vez repassou o encargo ao município de Santa Helena. Porém, vencido o prazo contratual, tal compromisso não foi renovado, encontrando-se assim a Base Náutica abandonada e sofrendo constantes ataques de vandalismo, configurando desperdício de recursos e depredando o patrimônio público.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações abaixo, em face das últimas notícias relativas a exoneração do Secretário Luiz Caron, quando verificamos a necessidade de questionar tanto a obra como as alterações promovidas no novo prédio do Centro Cívico, o antigo fórum inacabado:

- Quem foi o responsável pelo projeto de adequação do imóvel do antigo fórum para a nova utilização?
- Foram realizados projetos? Em caso afirmativo fornecer cópia juntamente com a ART.
- Juntar projeto básico, licitação das obras e os contratos firmados para cada uma das modificações.
- Juntar os aditivos feitos aos contratos.
- Por ocasião da visita do Governador, e a ordem que se seguiu sobre a retirada das divisórias e modificações, que medidas administrativas foram tomadas para que se cumprisse a vontade do Governador?
- Quem foi o responsável pelo novo projeto?
- O que foi feito com o material retirado?
- Qual o custo da retirada do material não utilizado?
- Há projeto das alterações? Anexar.
- Fazer um demonstrativo do projeto inicial e do atual, relacionando todos os materiais retirados e os adquiridos posteriormente para atender às modificações solicitadas pelo Sr. Governador.

- Como foi adquirido o novo material? Houve licitação? Anexar o processo licitatório e os contratos firmados.
- Qual o custo inicial projetado e o custo final da referida obra?

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1577

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Governo do Estado, por meio de suas Secretarias de Estado competentes, acerca do mandamento contido no artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Complementar Federal de nº 063/90, *que determina o depósito ou repasse de 25% (vinte e cinco por cento) aos municípios no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada à “conta de participação dos Municípios no ICMS”, ainda que a extinção do crédito seja por compensação ou transação.*

Tais informações se fazem necessárias em função do contido na Lei Estadual nº 13213, que, em seu artigo 4º, contraria a Lei Complementar Federal supracitada, na medida em que *passa a não mais considerar como arrecadação tributária a compensação de créditos fiscais com precatórios de natureza alimentícia*, deixando, portanto, de recolher os 25% aos municípios devidos a partir da Lei Complementar nº 063/90.

Diante do exposto, requer-se as seguintes informações:

1) os valores compensados com precatórios alimentares a partir da vigência da Lei Estadual nº 13213, de 29 de junho de 2001;

2) os valores devidos a cada município, como previsto na Lei Complementar nº 063/90;

3) os valores efetivamente repassados aos municípios provenientes dessas compensações;

4) no caso de não serem repassados os valores aos municípios, qual o fundamento legal para tal, visto que há mandamento de lei complementar para o recolhimento de 25% provenientes de arrecadação tributária estadual aos mesmos;

5) tendo em vista a determinação da referida lei complementar, se haverá repasse ou restituição dos valores devidos pelo Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 407/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná a reajustar, anualmente, o salário de todos os servidores públicos do estado, inclusive das Universidades Estaduais.

Art. 2º O reajuste não poderá ser inferior ao acumulado pela inflação nos 12 meses anteriores.

Art. 3º A correção salarial será aplicada sempre a partir do mês de janeiro de cada ano, podendo o Governo do Estado antecipá-la, se desejar.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa resolver um problema que se arrasta já faz muitos anos. O funcionalismo vive em permanente tensão, pois é imprevisível quando seu salário terá reajuste. A maioria dos servidores tem como única fonte de receita os vencimentos que recebe do estado. Este projeto é bom para o próprio governante, pois, aprovado pela Casa, consolidará uma política de pessoal em definitivo. O servidor saberá, com boa antecedência, qual a correção de seu salário. Ao governante, a certeza de uma lei que está dentro da realidade da economia nacional. Destaco que, o próprio atual Governador, teve a feliz iniciativa de estabelecer, no Paraná, salário-mínimo regional em valor razoável, numa demonstração de sua preocupação com a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores paranaenses da iniciativa privada. Este projeto visa estabelecer esta mesma valorização também para os servidores públicos paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 408/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os municípios que possuem sistemas de armazenamento e reciclagem de lixo, nos termos dessa lei, passarão a receber 1% (um por cento) da repartição do ICMS, previstos na Lei Estadual nº 9491, de 21 de dezembro de 1990.

Art. 2º Para ter direito ao repasse do percentual mencionado no artigo anterior, o município deverá, a partir do exercício fiscal de 2008, atender as seguintes condições:

§ 1º Reciclar os seguintes percentuais mínimos do lixo coletado no município:

Até dezembro de 2010: Reciclar, no mínimo, 10% do lixo coletado;

Até dezembro de 2015: Reciclar, no mínimo, 15% do lixo coletado;

Até dezembro de 2020: Reciclar, no mínimo, 25% do lixo coletado;

Até dezembro de 2025: Reciclar, no mínimo, 30% do lixo coletado;

Até dezembro de 2030: Reciclar, no mínimo, 35% do lixo coletado;

Até dezembro de 2035: Reciclar, no mínimo, 40% do lixo coletado;

Até dezembro de 2040: Reciclar, no mínimo, 45% do lixo coletado;

Até dezembro de 2045: Reciclar, no mínimo, 50% do lixo coletado;

Até dezembro de 2050: Reciclar, no mínimo, 55% do lixo coletado;

§ 2º Possuir sistema de destinação final do lixo não reciclável, em sistema de aterro sanitário, ou outro sistema ecologicamente menos danoso, desde que devidamente certificado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sendo vedado o repasse de referida verba aos municípios que armazenem o lixo urbano na forma de “lixões”, ainda que de forma parcial.

Art. 3º Para atendimento desta lei poderão os municípios instituir sistemas de coleta, armazenamento e reciclagem do lixo em consórcio com outros municípios.

Art. 4º Os municípios deverão cadastrar as unidades de reciclagem e o destino final do lixo não reciclável junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que ficará responsável pela aferição do enquadramento do município aos critérios dispostos nesta lei.

Art. 5º Em contrapartida aos esforços municipais, o estado do Paraná criará, através de suas agências de fomento, linhas de crédito para que os municípios, isoladamente ou em consórcio, adquiram equipamentos e adotem sistemas de reciclagem de lixo.

Fica alterado o inciso V, do artigo 1º, da Lei nº 9491/90, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º...

V - um por cento (1%), considerada a área territorial do município em relação à do estado, em metros quadrados, conforme registros atualizados fornecidos pelo Instituto de Terras, Cartografica e Florestas - ITCF;”

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

No estado do Paraná, a ausência de incentivo fiscal, praticamente inviabiliza a instalação, nos pequenos e médios municípios, de sistema de reciclagem de lixo sólido, os quais, na maioria das vezes, acabam por dar destinação final, através dos chamados “lixões”, altamente danosos ao meio ambiente.

Grande parte desse desinteresse decorre do fato da legislação estadual, desde a Constituição Estadual até a Lei Complementar nº 059/91 (ICMS ecológico) não prever incentivos fiscais para os municípios implantarem a coleta seletiva, a reciclagem e a compostagem do lixo orgânico sólido.

Diante disso, o presente projeto de lei prevê que o percentual de 1% do ICMS destinado aos municípios, previsto na Lei nº 9491/90, seja repartido entre os muni-

cípios que adotarem sistemas de coleta, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos, mais apropriados e ecologicamente menos danosos que os utilizados atualmente pela maioria dos municípios paranaenses.

A adequação dos municípios aos índices estabelecidos no projeto será gradual, iniciando-se com 10% de reciclagem até o ano de 2015 e 55% até o ano de 2050, o que se espera seja superado com a crescente conscientização ecológica e os avanços tecnológicos na área de reciclagem.

Outro aspecto importante desta lei é a exigência de que todos os municípios, para se adequarem à lei deverão extinguir os chamados “lixões”, com a adoção do sistema de aterro sanitário, ou, sistema menos poluente, da parte não reciclada dos resíduos sólidos coletados no município, o que trará enormes benefícios ambientais.

Prevê o projeto de lei a possibilidade de que os municípios se organizem em Consórcios Municipais para adotarem soluções conjuntas de coleta, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos.

O presente projeto de lei vem corrigir uma lacuna no plano de incentivo a conservação ambiental dos municípios paranaenses, passando a beneficiar, tal como já faz a legislação específica de outros estados, os municípios que adotarem sistemas de coleta, reciclagem e destinação final dos resíduos sólidos mais adequados ecologicamente, o que o torna uma importante ferramenta de conservação ambiental do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 409/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do estado do Paraná, o Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas Naturais de Água conforme específica.

Art. 2º O Programa Estadual consistirá em:

I - mapeamento de minas naturais e realização de estudos de viabilidade;

II - conscientização das famílias beneficiadas;

III - elaboração do projeto de preservação com a participação da família ou da comunidade;

IV - execução do projeto de recuperação e proteção.

Art. 3º O Programa Estadual prevê a:

I - proteção da mata em torno das minas de água;

II - proteção do solo, com cimento, para garantir a qualidade da água;

III - análises sistemáticas da qualidade da água;

IV - orientação sobre a importância da preservação;

V - redução da perfuração de poços artesianos nos solos paranaenses;

VI - implantação de microsistemas de abastecimento através de minas naturais.

Art. 4º Serão beneficiários do Programa Estadual:

- I - agricultores familiares;
- II - empresas rurais;
- III - grupos informais de agricultores;
- IV - comunidades rurais;
- V - associações de trabalhadores e agricultores;
- VI - pequenos agrupamentos rurais e semi-urbanos.

Art. 5º Para a execução do Programa o Governo do Estado do Paraná fará convênios com organizações da sociedade civil, sindicatos e associações que demonstrem capacidade técnica de realizar recuperação e proteção de minas de água, objetivando a preservação ambiental, a qualidade de vida e a adoção de prática sustentáveis.

Art. 6º As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias das Secretarias Estaduais, do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento, do Estado do Paraná.

Art. 7º Esta lei será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa instituir um Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas de Água no Paraná e nasce com intuito de preservar e cuidar do nosso meio ambiente, bem como dos seus recursos naturais, em especial, da água.

O debate sobre as mudanças climáticas vem se intensificando nos últimos anos e a certeza que a vida está em risco é unânime, como as causas e as consequências dessa situação. Também são consenso entre aqueles que fazem esta reflexão e se propõem estudar o que está significando a exploração desenfreada das riquezas naturais. Nesse sentido, a água, elemento fundamental e indispensável para a nossa vida, está correndo sérios riscos de se tornar insuficiente no planeta. Em algumas regiões do mundo, a escassez desse recurso já é uma realidade.

Chefes de estados, ambientalistas e intelectuais se manifestaram recentemente sobre quais são as alternativas para conter essa agressão ao meio ambiente e ao nosso planeta. É consenso a defesa de que cada um deve fazer a sua parte já. Não podemos mais esperar, pois a agressão é tão grande que se prosseguirmos com as mesmas práticas extrativas no uso dos recursos naturais, em poucos anos, as transformações climáticas nos levarão ao fim da vida.

Na região sudoeste do nosso estado, a empresa PETROBRAS, através de um programa próprio, apoiou e

apóia a iniciativa de preservação ambiental desenvolvido pela Associação dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar, que prevê a recuperação e proteção de minas naturais de água em propriedades rurais. Invertendo uma prática agressora, que foi muito praticada nos últimos anos, onde o agricultor soterrava essas minas para fazer o plantio de grãos, acabando com as minas naturais, o que serviu de estímulo para que a Associação das Câmaras Municipais de Vereadores (ACAMSOP-14) - Sudoeste - criasse um projeto que chamou de “adote uma nascente” e contribuiu para que municípios criassem programas próprios de recuperação de minas naturais de água.

Esse programa despertou nas famílias beneficiadas não só o interesse pela qualidade da água, mas o interesse pela preservação ambiental geral e isso está se multiplicando ao ponto de alguns municípios já terem criado programas municipais de preservação e recuperação de minas de água.

Também para que possamos melhorar a qualidade da água destas famílias beneficiadas, conseqüentemente a qualidade de vida. Mais do que isso, visa estimular essas famílias e essas comunidades à proteção ambiental na prática cotidiana. E é o que propomos no presente projeto de lei, por isso solicitamos aos nobres Pares desta Casa, o apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 410/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Agrícola Cultural Guajuvira de Cima - SACGC com sede e foro no município de Araucária - estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A associação que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no município de Araucária - Paraná, é constituída juridicamente como associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos.

A Sociedade Agrícola Cultural Guajuvira de Cima tem como principais finalidades promover, orientar e dar assistência agrícola a todos os seus associados; estimular o desenvolvimento cultural, a fim de aprimorar o sentimento de ordem e disciplina individual e coletiva, para harmonia e progresso da associação e desenvolver o espírito de confraternização entre os associados e suas famílias, promovendo atividades recreativas e reuniões sociais. No desenvolvimento dessas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficácia.

A Sociedade Agrícola Cultural de Guajuvira de Cima, para cumprir seu propósito, atuará por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações; doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

A SACGC é isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações, não admitido controvérsias de raça, credo religioso, cor, gênero, em suas atividades ou dependências.

Em anexo, documentos e relatórios das atividades da Sociedade Agrícola Cultural de Guajuvira de Cima - SACGC.

Por essas razões esperamos o devido apoioamento e aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 411/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o artigo 4º da Lei Estadual nº 13213, de 29 de junho de 2001.

Art. 2º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A apresentação desta propositura se faz necessária na medida em que esta lei que se pretende revogar passa a não mais considerar como arrecadação tributária a compensação de créditos fiscais com precatórios de natureza alimentícia, o que, dentre outros reflexos, causa o não recolhimento dos 25% aos municípios devidos a partir da Lei Complementar nº 063/90, em seu artigo 4º, parágrafo 1º. É o texto da referida lei:

Art. 4º Do produto da arrecadação do imposto de que trata o artigo anterior, 25% (vinte e cinco por cento) serão depositados ou remetidos no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada à “conta de participação dos municípios no Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações”, aberta em estabelecimento oficial de crédito e de que são titulares, conjuntos, todos os municípios do estado.

§ 1º na hipótese de ser o crédito relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações extinto por compensação ou transação, a repartição estadual deverá, no mesmo ato, efetuar o depósito ou a remessa dos 25% (vinte e cinco por cento) pertencentes aos municípios na conta de que trata este artigo.

Portanto, tendo em vista o descabimento trazido pela lei a ser revogada, de não considerar arrecadação fiscal a compensação dos débitos fiscais do estado do Paraná com precatórios de natureza alimentícia, além de não encontrar fundamento jurídico na discriminação do precatório a ser compensado, vai de encontro ao benefício a que faz jus os municípios, de acordo com a Lei Complementar nº 063/90.

Essa indevida discriminação das espécies de precatórios passíveis de serem compensados com os débitos de natureza fiscal, não encontra fundamento jurídico na medida em que o próprio Código Tributário Nacional traz, como uma das formas de extinção de crédito tributário, em seu artigo 156, a compensação, não diferindo as formas dessa compensação.

Portanto, em nome da isonomia das formas de pagamento no que diz respeito às dívidas do estado com particular, condensadas em forma de precatórios, e, principalmente na defesa dos municípios, resguardando os repasses provenientes de arrecadação tributária estadual, previstas na Lei Complementar nº 063/90, é que apresentamos tal proposição, contando com a compreensão e colaboração dos nobres Pares na busca do atendimento do interesse público e justiça fiscal entre os entes federados.

PROJETO DE LEI Nº 412/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, através do Paraná Esportes, a Defensoria do Torcedor.

Art. 2º A Defensoria do Torcedor tem por finalidade principal dar concretude e eficácia aos comandos dos artigos 40 e 41, da Lei Federal nº 10671, de 15 de maio de 2003, Estatuto do Torcedor.

Art. 3º Para assegurar o cumprimento do acima disposto e das demais normas de proteção e defesa do torcedor previstas na Lei Federal nº 10671, a Defensoria do Torcedor prestará:

I - esclarecimentos ao torcedor partícipe sobre eventuais violações de seus direitos;

II - esclarecimentos ao torcedor partícipe sobre suas obrigações com relação ao evento e as sanções decorrentes de comportamentos inadequados;

III - orientação quanto ao melhor acesso ao Ouvidor da Competição;

IV - assistência jurídica gratuita ao torcedor partícipe, visando o ajuizamento de ações que visem fazer valer direitos e obrigações previstos no Estatuto do Torcedor;

V - outros esclarecimentos.

Art. 4º Para constituir o quadro funcional da Defensoria do Torcedor, a Secretaria de Estado da Educação, poderá:

- I - realizar concurso público;
- II - remanejar servidores de seu quadro;
- III - requisitar servidores de outros órgãos;
- IV - requisitar até 03 (três) membros da Procuradoria do Estado;

V - abrir processo seletivo para contratação de estagiários de Direito e Administração Desportiva.

Art. 5º As despesas para a implantação da defensoria do Torcedor correrão por conta de verbas orçamentárias para este fim, designadas.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei cria a Defensoria, um órgão específico para acompanhar o cumprimento do Estatuto do Torcedor e prestar esclarecimentos e informações. Com a implantação da Defensoria do Torcedor, o cidadão terá assegurado seu espaço para queixas, reclamações e sugestões, com acesso fácil e regulamentado por lei.

É a forma adequada para acompanhar de perto o grande avanço que é o Estatuto do Torcedor.

PROJETO DE LEI Nº 413/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade filantrópica denominada, Associação de Empreiteiros Florestais de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, com as alterações dadas pelas Leis nº 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a Associação de Empreiteiros Florestais de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão/PR.

Sem fins lucrativos, fundada em 24 de fevereiro de 2006, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, de criar um centro de apoio aos empreiteiros de reflorestamento de Pinhão, que possa oferecer

aos associados um caminho para comercialização de sua produção, gerando emprego e renda no campo.

A entidade tem como princípios permitir uma maior integração entre os associados, disseminar conhecimento e especialização no ramo, representar os associados perante a administração e a sociedade em geral, bem como elaborar planejamento conjunto no intuito de valorizar a atividade dos associados.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 414/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade filantrópica denominada, Instituto Social Assembléia de Deus Reboucence - ISADER, com sede e foro no município de Rebouças, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, com as alterações dadas pelas Leis nº 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública o Instituto Social Assembléia de Deus Reboucence - ISADER, com sede e foro no município de Rebouças/Paraná

Sem fins lucrativos, fundado em 27 de setembro de 2004, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, manter a assistência integral aos necessitados, através de concessão de auxílios, alimentação, pousadas, agasalhos, medicamentos, assistência médica e hospitalar, aconselhamento e orientação moral e espiritual aos necessitados, desenvolvimento de ações sociais, educacionais e culturais.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 415/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Serviço Voluntário Ambiental no âmbito do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Considera-se o Serviço Voluntário Ambiental no âmbito do estado, para fins desta lei, a

atividade não remunerada prestada por pessoa física nas unidades de conservações ambientais.

Art. 2º O Serviço Voluntário Ambiental não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 3º O Serviço Voluntário Ambiental será exercido mediante a celebração do termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntariado, devendo constar o objeto e as condições do seu exercício.

Parágrafo Único. O Voluntário Ambiental deverá usar crachá durante o exercício de suas atividades, conforme dispõe o Anexo I.

Art. 4º Poderão os Voluntários Ambientais atuar exclusiva ou cumulativamente nas áreas de:

- I- educação ambiental;
- II - monitoramento e gestão;
- III - prestação de informações aos visitantes;
- IV - manutenção de trilhas;
- V - serviços administrativos;
- VI - identificação de focos de incêndio e outros incidentes;
- VII - grupos de resgate ou combate a incêndio, desde que devidamente supervisionados;
- VIII - fiscalização.

ANEXO I

Nome da Instituição:

Endereço:

Área de Atividade:

Nome do Voluntário:

CPF:

Identidade:

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Partindo do princípio de que cada dia nos conscientizamos da necessidade de preservar o meio ambiente, muitas pessoas engajadas nesse processo não sabem como contribuir de forma efetiva.

Pode-se definir como voluntário toda pessoa que, por solidariedade e responsabilidade, doa seu tempo livre, trabalho e conhecimento para beneficiar e melhorar a qualidade de vida de todos. Não resta dúvida de que a conservação ambiental é essencial para se obter esta qualidade de vida.

O objetivo deste projeto é criar o serviço do Voluntário Ambiental no âmbito do estado do Paraná, criando oportunidade para todos os que desejam e não sabem como ajudar a preservação ambiental criando uma norma que facilite a adesão a este tipo de serviço.

Nossos parques apresentam uma vegetação diversificada onde encontramos espécies centenárias, em sua maioria em extinção, necessitando, portanto, cada vez mais de cuidados para que assim possam ser preservadas.

Existem hoje milhares de voluntários anônimos que doam parte do seu tempo às mais variadas causas e iniciativas. São jovens, universitários, professores, empresários e pessoas da 3ª idade que, de alguma forma, estão engajados num processo de transformação social para construir um país melhor.

O cidadão pró-ativo envolvido em ações voluntárias contribui com a sua comunidade e, mais do que isso, torna-se um cidadão mais consciente e, competente em relação a sua vida profissional e social.

Considerando-se a realidade sociocultural e os muitos desafios e situações conflitivas em que o jovem vive, a atividade voluntária se apresenta como um espaço alternativo não só de inserção social e compromisso de cidadania responsável, mas também como uma proposta que ajuda o jovem a conhecer a si mesmo e a descobrir suas potencialidades.

Dessa forma, o voluntariado ambiental é uma alternativa para todo o jovem que sonha com um mundo diferente, mais justo e igualitário, que se preocupa com a gravidade dos problemas sociais e que gosta de mobilizar forças amigas para idealizar projetos em vista do bem social. Quem nunca realizou um trabalho solidário talvez não saiba a felicidade que esse gosto provoca nos voluntários e nas pessoas beneficiadas, e a riqueza humanitária que ele promove no ambiente social.

No Brasil, desde 1997 o voluntariado vem se articulando em nível nacional e conquistando um grande público: foram implantados muitos Centros de Voluntariado em vários estados do país: foi instituída a Lei nº 9.608, que rege o serviço voluntário; foi estabelecido o 5 de dezembro como o Dia Nacional do Voluntário; em 2001, o 1º Congresso Brasileiro do Voluntariado abriu um debate metodológico sobre a necessidade de se consolidar o voluntariado em nossa realidade.

PROJETO DE LEI Nº 416/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A destinação final de pneumáticos inservíveis recolhidos pelas empresas fabricantes e as importadoras em atendimento aos termos da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999, deverá ser realizada na forma prevista nesta lei.

Art. 2º Os pneumáticos recolhidos deverão ser destinados à pavimentação asfáltica, em processo úmido ou em processo seco, na proporção mínima de 80% (oitenta por cento) do total de pneumáticos recolhidos, observadas as quantidades e os prazos fixados pela Resolução do CONAMA nº 258/1999.

Art. 3º A Secretaria Estadual do Meio Ambiente deverá promover periodicamente levantamento sobre a

demanda existente pelo produto pneumático para fins de pavimentação asfáltica junto ao setor público, especialmente aos municípios e concessionários de rodovias, e junto à iniciativa privada, devendo, ainda, promover ações com vistas ao incremento dessa destinação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias de soluções para preservação do meio ambiente.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A destinação final de pneus que não são mais passíveis de reutilização, denominados de pneus inservíveis, é hoje um dos mais sérios problemas ambientais a serem enfrentados pelo poder público.

Composto por vários tipos de elementos, principalmente a borracha, o aço e o náilon ou poliéster, os pneus possuem degradação lentíssima e oferecem enormes prejuízos à natureza e à saúde pública ao serem descartados ou queimados. Todavia, há a possibilidade da utilização integral, como elemento de combustão, ou mesmo mediante a reciclagem de seus componentes principais.

O Governo Federal, através da Resolução nº 258, de 26 de agosto de 1999, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, estabeleceu um cronograma com o objetivo de promover progressiva coleta dos pneus inservíveis a cargo das empresas fabricantes ou importadoras, encarregando-as ainda de conferir uma destinação final ambientalmente adequada.

Não há dúvida que a reciclagem dos pneumáticos representa ganho para toda a sociedade, uma vez que significa produto asfáltico mais barato, mais duradouro, mais seguro e o meio ambiente mais protegido.

A título de enriquecimento da justificativa, transcreve-se artigo sobre o assunto assinado por Sandra Aparecida Margarido Bertollo, José Leomar Fernandes Júnior, Rômulo Barroso Vilaverde e Delchi Migotto Filho, publicado na Revista Limpeza Pública nº 54, de janeiro de 2000:

“Pavimentação Asfáltica: Uma Alternativa para a Reutilização de Pneus Usados

O que fazer com pneus velhos? De lenta degradação, constituem-se em um dos grandes problemas ambientais modernos. Contudo, começam a surgir interessantes alternativas de reutilização, entre as quais, a pavimentação asfáltica.

Apresentam-se os resultados iniciais de pesquisa sobre a viabilidade técnica da reutilização de borracha de pneus em pavimentação asfáltica. A revisão bibliográfica aborda desde a importância econômica dos pneus até as graves consequências ambientais que sua disposição final

inadequada pode causar. Apresenta-se o resumo do levantamento das condições de coleta e disposição final e do volume de pneus descartados no estado de São Paulo. Com base nas características físico-químicas dos pneus, discutem-se os critérios de engenharia que devem ser atendidos previamente à sua utilização em obras de pavimentação asfáltica. O desenvolvimento deste trabalho procura ser do interesse tanto de legisladores e técnicos envolvidos com saneamento ambiental como de profissionais que atuam em obras de pavimentação, pois ao mesmo tempo em que procura contribuir para a redução da demanda de espaço nos aterros sanitários e minimização dos impactos ambientais, também analisa os efeitos da adição de borracha de pneus sobre o desempenho de misturas asfálticas.

Lenta degradação

O pneu possui papel fundamental e insubstituível em nossa vida diária, tanto no transporte de passageiros quanto no de cargas. Entretanto, quando tornam-se inservíveis, acarretam uma série de problemas: são objetos perceptíveis e incomodamente volumosos, que precisam ser armazenados em condições apropriadas para evitar riscos de incêndio e proliferação de mosquitos e roedores. A disposição em aterros torna-se inviável, já que apresentam baixa compressibilidade e degradação muito lenta. Além disso, quando enterrados, tendem a subir e sair para a superfície (EPA, 1991; JARDIM, 1995).

Considerando a dificuldade para a disposição das carcaças de pneus em aterros sanitários e a falta de uma legislação para controle da destinação adequada desses resíduos, tem havido uma tendência da população em abandonar os pneus em cursos de água, terrenos baldios e beiras de estradas, que agravam ainda mais o problema. Todo pneu, em algum momento, se transformará em um resíduo potencialmente danoso à saúde pública e ao meio ambiente. Para acabar com isso, uma solução adequada à sua destinação final deve ser adotada. Pesquisas vêm sendo realizadas, particularmente no exterior, em busca do desenvolvimento de novas tecnologias de reutilização, seja na forma inteira, como borracha reciclada, ou como combustível, na geração de energia.

Na sua forma inteira, os pneus podem ser aplicados em obras de contenções nas margens de rios para evitar desmoronamentos; como recifes artificiais, na construção de quebra-mares; na construção de equipamentos para parques infantis; no controle de erosão etc. Inteiros podem, ainda, ser utilizados como combustível em fábricas de celulose e papel, em fornos de cimento e em usinas termelétricas (EPA, 1991).

O pneu apresenta uma estrutura complexa, formada por diversos materiais como: borracha, aço e tecido (náilon ou poliéster), que visam conferir as características necessárias ao seu desempenho e segurança. Do ponto de vista ambiental, a reciclagem dessas matérias-primas seria a solução mais satisfatória, com a condição de se poder recuperar materiais de qualidade a um custo energético mínimo. Mas o pneu, no sentido exato do termo,

não é verdadeiramente reciclável. Isso porque o seu caráter compósito, bem como a irreversibilidade da reação de vulcanização, tornam impossível reobter as matérias-primas iniciais. No entanto, é possível recuperar e reutilizar parte deles. Os pneus são cortados e triturados, em várias operações de separação dos diferentes materiais, que permitem a recuperação dos materiais, obtendo-se borracha pulverizada ou granulada, que irá ter diversas aplicações, como: em misturas asfálticas, em revestimentos de quadras e pistas de esportes, na fabricação de tapetes automotivos, adesivos, etc.

É importante observar que, quando analisados os vários mercados para utilização de borracha de pneus inservíveis, somente 2 apresentam potencial para utilização de número significativo de pneus: o energético e de misturas asfálticas. Segundo Heitzman (1992) e Zanzotto & Kennepohl (1996), cada tonelada de mistura asfáltica pode incorporar a borracha de 2 a 6 pneus.

Nas misturas asfálticas, existem 2 processos - úmido e seco - de incorporação dos pneus. No processo úmido (wet process) não são adicionadas partículas finas de borracha ao cimento asfáltico, produzindo um novo tipo de ligante denominado "asfalto-borracha". Já no processo seco (dry process), partículas maiores de borracha substituem parte dos agregados pétreos. Após a adição do ligante, formam um produto denominado "concreto asfáltico modificado com adição de borracha". Para contribuir nesse problema, o Departamento de Transportes da Escola de Engenharia de São Carlos - USP vem realizando pesquisa e estudo de avaliação do processo seco de incorporação de borracha de pneus nas misturas asfálticas.

Estados Unidos - Nenhum país produz mais pneus inservíveis que os Estados Unidos. Estima-se que sejam dispostos 285 milhões de pneus por ano, algo em torno de 4,7 milhões de toneladas, o que representa mais 1 pneu, por habitante, por ano. Desse montante, 33 milhões de pneus são recauchutados, 22 milhões são reutilizados (revendidos) e outros 42 milhões são destinados a diferentes aplicações. Os 188 milhões de pneus restantes são enviados para aterros ou dispostos ilegalmente (Heitzman, 1992). As leis estaduais regulamentam a aquisição, armazenagem e processamento dos pneus, impõem restrições para armazenagem em aterros sanitários e oferecem incentivos para o desenvolvimento de novas alternativas de uso.

Muitos estados americanos proíbem a disposição de pneus inteiros em aterros, só recebendo os mesmos triturados e, ainda assim, cobrando taxas tão elevadas que tornam essa alternativa economicamente proibitiva. Nos estados onde é permitido estocar pneus sem enterrá-los, existem normas que regulamentam o tamanho, a construção de obras de prevenção a incêndios, coberturas e tapumes para que haja o controle adequado desses depósitos.

No Brasil - Ainda não existe nenhuma monitorização do Governo, nem do setor privado, sobre as formas de disposição final dos pneus usados, assim como não há

levantamento dos depósitos de pneus abandonados em todo o país. Algumas estimativas indicam que são gerados 35 milhões de carcaças de pneus anualmente (Fiori, 1998) e que existem mais de 100 milhões de pneus abandonados em todo o país (Sato, 1999).

Na maioria das cidades analisadas, o poder público municipal proíbe a entrada dos pneus nos aterros, eximindo-se da responsabilidade de coletar e armazenar adequadamente esses resíduos e contribuindo para a disposição ilegal em terrenos baldios, rios, etc. Esse fato também evidencia o descaso das autoridades em relação à saúde pública, pois os pneus proporcionam um ambiente adequado para a criação do mosquito transmissor da dengue e de outros vetores de doenças.

Utilização da borracha em pavimentação asfáltica

No Brasil foi aprovada, em 26 de agosto de 1999, resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que institui a responsabilidade, ao produtor e importador, pelo ciclo total da mercadoria. A partir de janeiro de 2002, fabricantes e importadoras de pneus serão obrigados a coletar e dar destinação final de forma ambientalmente correta para os produtos que colocam no mercado. Pela proposta, o IBAMA ficará responsável pela aplicação com base na Lei de Crimes Ambientais. Inicialmente, para cada 4 pneus novos fabricados no Brasil ou importados, os fabricantes e importadoras deverão reciclar/reutilizar um pneu inservível.

Muitos países têm desenvolvido legislação para direcionar seus departamentos de estradas de rodagem a investigar a possibilidade de utilização de materiais recicláveis em obras de pavimentação. O Governo americano, em especial, tem incentivado a incorporação de borracha de pneus nas misturas asfálticas. Na maioria dos estados americanos, por exemplo, existem leis ou regulamentações que afetam a disposição e a reutilização de pneus.

Incentivos fiscais - A seção 1038 da Lei sobre a Eficiência do Transporte Intermodal de Superfície de 1991 (Intermodal Surface Transportation Efficiency Act - ISTEA, 1991), que trata do uso de material reciclado em pavimentação visando a proteção ambiental, estabelece a utilização de um percentual mínimo de borracha reciclada nas misturas asfálticas (em relação ao total produzido), tendo aumentado de 5% em 1994 até 20% em 1997, e assim se mantido nos anos seguintes. A lei garante incentivos fiscais aos estados que utilizam borracha de pneus nas misturas asfálticas e prevê punições aos estados que não a obedecerem.

A adição de borracha triturada em misturas betuminosas - além de minimizar os problemas de disposição de pneus em aterros sanitários e, principalmente, de queima ou disposição em locais inadequados - pode também melhorar o desempenho dos pavimentos, retardando o aparecimento de trincas, selando as já existentes e aumentando a impermeabilização proporcionada pelos revestimentos asfálticos."

Essa pesquisa da USP mostra a situação da reciclagem de pneus no estado de São Paulo e a necessidade de todos os estados da federação adotarem políticas de reciclagens de pneus, preservando o meio ambiente e a saúde da população.

PROJETO DE LEI N° 417/2007
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Terra Roxa - ACIATRA, com sede e foro no município de Terra Roxa/PR.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Terra Roxa - ACIATRA, situada à R. Paulo Furtado Lucena, 105, Terra Roxa/PR, fundada em 29 de setembro de 1979, sociedade civil sem fins lucrativos, tem por finalidade congregar as pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades empresariais no município de Terra Roxa, defender os interesses da classe em geral, colaborar com os poderes públicos constituídos nos atos pertinentes ao livre exercício das atividades empresariais, em todas as suas modalidades.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal n° 010, de 20 de setembro de 1980.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Ney Leprevost, pela ordem.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Duas questões rápidas, Sr. Presidente. Primeiro, para perguntar se ficou confirmada a vinda do Secretário da Saúde, amanhã, às 10 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bem lembrado. Essa oportunidade é boa, porque efetivamente está confirmada a presença do Secretário Cláudio Xavier, amanhã às 10 horas, aqui, neste plenário.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Os Deputados que tiverem interesse em fazer perguntas sobre as contas da secretaria, no 1° trimestre do

ano de 2007, poderão se programar para amanhã fazer essas perguntas.

Outra incumbência que me foi dada, Presidente - tenho certeza que V. Exa. ficará muito satisfeito - hoje de manhã aconteceu, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, um debate muito interessante, aqui, na Assembléia Legislativa, sobre reciclagem. Foi a primeira audiência pública do Brasil sobre reciclagem e a Associação Brasileira dos Recicladores - RECIBRAS, através de sua diretoria, decidiu por unanimidade de seus Pares conceder ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Nelson Justus, o título de Sócio Benemérito desta entidade. A pedido da diretoria entregarei para V. Exa. o diploma de Sócio Benemérito da RECIBRAS.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PTB. Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, por 10 minutos.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estive no final de semana, com a autorização do Deputado Elio Rusch, nosso Líder da região oeste, na região da Santa Helena, em Missal, fazendo uma visita. Para aproveitar, estou protocolando hoje 2 requerimentos, a pedido da comunidade de Santa Helena, de Missal, que pedem providências no que se referem as rodovias que dão acesso àquela região oeste do Paraná. São rodovias que estão em situação intransitável. Comprovei pessoalmente, Missal a Medianeira, Missal a Santa Helena, Missal à Praia de São Miguel, em São Miguel e Santa Helena a Vera Cruz do Oeste. São rodovias que precisam ser recapeadas, porque estão em situação bastante difícil.

Então, estou fazendo um requerimento, hoje, solicitando ao Governo que, dentro das possibilidades, possa fazer como fez no Paraná, o recapeamento dessas rodovias.

Por outro lado, também estou protocolando hoje um pedido ao Governador Roberto Requião, pedindo providências no que se refere à questão da base náutica de Santa Helena. Em Santa Helena, estive pessoalmente visitando a base náutica, que foi construída para os Jogos da Natureza e o jornal de Santa Helena, que circula semanalmente, o Costa Oeste, publicou uma matéria falando mais uma vez dessa base náutica, que apesar do superfaturamento, de toda aquela confusão que está na CPI dos Jogos da Natureza, que o Deputado Dobrandino foi o Presidente e que levantou o superfaturamento, mas o que venho pedir ao Governo é que devolva o direito à cidade de Santa Helena de comandar a base náutica. A base náu-

tica está abandonada e os vândalos estão destruindo o que ainda é público.

Por isso, Sr. Presidente, solicito aqui ao seu Governador que devolva ao município de Santa Helena, que por sua vez pode comandar, como já comandou aquela base náutica que pertence a Itaipu, que está em comodato ao estado e que estava à disposição do município, porque sem esse comodato do estado, o município de Santa Helena não pode fazer a manutenção e o dinheiro público está sendo perdido, porque a base náutica de Santa Helena está sendo depredada e destruída pelos vândalos.

Então, fica esse pedido aqui para que o Governo tome as providências e devolva para o município que está mais perto, para que possa cuidar de um bem que é do público, que é do povo do Paraná.

Um outro assunto, Sr. Presidente, que me traz a esta tribuna, quero falar hoje e quero iniciar com esse linguajar aqui: “Já fizeram parede lá no fundo? Podem tirar as paredes! Eu não quero buraco para ninguém. Bom, parece que vocês não entendem o que eu digo! Para que fazer um troço desse tamanho? É encher de cubículo de coelho. Tira isso tudo. Tira o meu também”.

São palavras de quem? Quem disse essas palavras?

S. Exa., o Governador da Carta de Puebla, Roberto Requião.

E vou repetir, porque é muito forte. “Já fizeram parede lá no fundo? Podem tirar as paredes! Eu não quero buraco para ninguém. Bom, parece que vocês não entendem o que eu estou dizendo! Para que fazer um troço desse tamanho? É encher de cubículo de coelho. Tira isso tudo. Inclusive o meu”.

São palavras do Governador Roberto Requião, no dia 01 de janeiro deste ano. É o chamado pito. Os senhores sabem o que é pito? Xingar, ofender diante do público.

Estou entrando com um requerimento hoje solicitando do Governo algumas informações, baseado neste pronunciamento do Governador Requião. Quem mandou fazer aquele projeto? Quem assinou o Projeto dos cubículos de coelho? Quem autorizou? E quem autorizou tinha a concordância do Governo? Afinal, iria ser a Casa do Governador. Não tinha?

Enfim, senhores, hoje estou pedindo informações a esse respeito, porque acho que o “Palácio do Pito”, aquele palácio, a princípio, era para ser Governador José Richa, aí o Rafael Greca, dentro daquela sua sabedoria cultural, deu a sugestão que fizesse uma emenda no projeto do Deputado Scarpellini, ano passado, para tirar o nome de José Richa do Palácio. E pediram a mim, deram a sugestão, de que já existe o Palácio Iguaçu, vamos fazer o Palácio Tibagi. Eu achei que era um nome bacana, iria prestigiar a nossa cidade, o nosso Rio Tibagi, Deputado Belinati, fiquei feliz. Aí, depois fiz uma emenda. O projeto foi embora e o Deputado Scarpellini, também. No começo desta legislatura, eu reapresentei o projeto, colocando Palácio Tibagi. O Governador parece que tinha gostado da idéia. Mas, para a minha surpresa, depois de

alguns dias, veio o Governador e fez um decreto colocando o nome de Palácio das Araucárias, esquecendo o projeto daqui. O nosso projeto ainda tramita aqui nas Comissões, e o Palácio Tibagi se perdeu o direito.

Então, se o Requião não aceitou Tibagi e quer colocar Araucárias, vamos fazer o seguinte: não tem Tibagi, nem tem Araucária, vamos colocar um nome popular, a partir de hoje, sem lei, mas carinhosamente, vamos começar a chamar o palácio de “Palácio do Pito”. Eu vou chamar de assim a partir de hoje, “Palácio do Pito”. Quando me dirigir a falar da nova Casa do Governador, vai ser o “Palácio do Pito”, até porque o pito ocasionou a demissão do Secretário e a demissão do filho do Secretário, que eram funcionários do Governo. Então, os 2 se demitiram em função de um pito. Então, a partir de hoje, Srs. Deputados, eu quero, carinhosamente, batizar o palácio aqui, não por lei, mas em linguajar popular, que é um direito, de “Palácio do Pito”, a partir de hoje.

E hoje é do “Palácio do Pito” que eu quero saber algumas informações: como foi gasto, para onde foram os equipamentos, o material que foi tirado. É um requerimento muito bonito, muito bem feito, de acordo com a técnica legislativa, de acordo como determina a lei. “Palácio do Pito”, busco informações hoje para saber: quem fez, quem não fez e o que fez.

Portanto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em homenagem a tudo o que aconteceu, o Palácio das Araucárias, e não Tibagi, carinhosamente, popularmente, passa a se chamar “Palácio do Pito”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PMDB: com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares.

Quero inicialmente, agradecer ao Deputado Wal-dyr Pugliesi a cessão do tempo da liderança para que eu possa dizer algumas palavras a respeito do dia de hoje.

Indiscutivelmente, companheiros Deputados, nós estamos enfrentando uma crise ambiental que é talvez o que vai caracterizar este século que estamos vivendo. Mas, uma preocupação ronda o meu coração: há aqueles que consideram a questão ambiental, Deputado Belinati, única e exclusivamente do ponto de vista ideológico e nada mais. Há aqueles que vêem na natureza um meio de fazer os seus negócios e consideram a terra, enquanto meio de produção, a natureza, uma mercadoria. Entre essas duas posições estão talvez aqueles que imaginam que a questão ambiental, antes de qualquer outra situação, precisa ser equacionada até para a sobrevivência, pura e simples, da nossa raça dentro deste planeta.

Indiscutivelmente, mais de 2 mil cientistas, a pedido da ONU, apuseram as suas assinaturas em um documento, e ninguém faz isso à toa e ao seu bel-prazer apenas, atestando que as mudanças globais que o nosso mundo está vivendo são, sem dúvida nenhuma, oriundas de atividades humanas. Não há dúvidas que a questão do aquecimento global, que joga na atmosfera, no ar, 6 bilhões de toneladas de gás carbônico por ano a mais do que deveria, é motivo de preocupação. E o aumento da temperatura da terra, o aumento do nível dos oceanos, a possibilidade de secas, de chuvas alternadas em várias regiões do globo terrestre, tornados, enchentes e outras coisas, são sérias. Mas às vezes falamos da questão ambiental e dá a impressão que o problema é na casa do outro e que aqui no Paraná, o nosso cantinho de mundo, esta não vai ser uma questão que irá nos atingir.

O Paraná, Srs. Deputados, é apenas 2% do Brasil, mas responde por 25% da produção de grãos deste país. Um modelo de produção exitoso, não há dúvida, um modelo que se implantou e que indiscutivelmente é um modelo de grande sucesso.

E por isto mesmo, Deputado Elton Welter, da Comissão de Agricultura desta Casa, uma questão me preocupou muito e eu gostaria de ler:

(Lê:)

“O setor agropecuário deverá ser o mais diretamente afetado, pois é extremamente dependente das condições do tempo. As previsões indicam aumento tanto na média da temperatura, como também da sua variabilidade. Isto significa que a ocorrência de eventos extremos deve aumentar com períodos excepcionalmente chuvosos ou secos, quentes de mais ou de menos. Essas oscilações terão diferenças regionais importantes e seguramente levarão a uma redefinição do mapa da produção agrícola”.

Se este documento, Deputado Caíto Quintana, fosse escrito lá nos Estados Unidos ou se fosse em alguma outra época, vá lá, mas este é um documento do IAPAR, escrito agora por 6 dos seus melhores pesquisadores sobre as mudanças climáticas. O IAPAR, o Instituto Agrônomo do Paraná, indiscutivelmente um órgão, uma instituição de excelência, alerta aos paranaenses, como faz também outro órgão do Governo que é a Secretaria do Meio Ambiente, através do IAP, que as mudanças climáticas afetarão a produção no Paraná, indiscutivelmente, e que não há o que se possa fazer, a não ser mitigar esses efeitos.

Eu me preocupo, Srs. Deputados, porque esta deixou de ser uma questão ideológica, deixou de ser uma questão apenas de discussão na academia, nas universidades, e passa a ser uma questão do nosso quintal, da necessidade básica de colaborarmos para que o clima no Paraná e no planeta não seja a catástrofe que se avizinha.

É óbvio que estas questões têm a ver conosco e é claro que os grandes problemas locais nada mais são do que a soma dos pequenos problemas que têm nome, têm endereço, acontecem aonde trabalhamos, como na

Assembléia Legislativa do Paraná, nas cidades onde temos nossas bases eleitorais, onde seu filho estuda, onde sua mulher trabalha, enfim, onde temos as nossas atividades diárias. A alteração do clima no estado do Paraná se somará a perda de solo que temos tido e que não é pequena.

Só o rio Ivaí despeja no rio Paraná mais de 2 milhões de toneladas de solo todos os anos. Isto significa, Srs. Deputados, que um desequilíbrio precisará de reequilíbrio, mas nós para combatermos as diversas alterações, colocamos mais veneno no campo. O Paraná joga 4 mil toneladas de agrotóxicos por ano no campo. Isto significa uma assustadora média de 66 quilos por minuto e não é uma brincadeira. É óbvio que, tanto os agrotóxicos como o solo exposto, emitem gases estufa que aquecem o planeta, que voltam, como se fossem um círculo vicioso, a trazer estes problemas.

Faço esta intervenção, Srs. Deputados, porque acredito que esta Assembléia, de forma até modesta mas insidiosa, nos últimos meses tem dado um exemplo muito bom de como devemos fazer dentro da nossa própria casa. Comentava, agora há pouco, com o Presidente Nelson Justus, que a Assembléia Legislativa do Paraná, dentro de 3 ou 4 meses, terá resolvido o seu problema de esgoto, o problema do seu lixo e o problema das emissões de carbono se transformando, quem sabe, no 1º Parlamento carbono neutro deste país. Esta é uma grande demonstração de que os Deputados encaram com seriedade o trabalho que exigem que a população também se submeta através das leis que fazemos aqui, mas é fundamental aprofundarmos esta discussão.

Eu diria, antes de conceder o aparte ao Deputado Caíto Quintana, não vai adiantar gastarmos milhões e milhões de reais fazendo o zoneamento ecológico-econômico no Paraná, extraordinariamente bem feito, cientificamente amparado para auxiliar nossos produtores rurais, para auxiliar o povo que precisa da comida em cima da mesa, se nós deixarmos o clima a Deus dar, porque amanhã o clima será outro, a velocidade dos ventos, a evaporação, a chuva, a temperatura, as centenas e centenas de microclimas que têm no Paraná. É dinheiro jogado fora. No entanto, estamos fazendo hoje um zoneamento ecológico-econômico, a FAEP se dedica a isso, a FIEP também, o Governo e a sociedade idem e estamos jogando este dinheiro no ralo se não encararmos esta questão com a seriedade que ela merece.

Com o aparte Deputado Caíto.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Cheida, este meu aparte não tem muito a acrescentar ao seu pronunciamento, mas quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, este é um assunto que não pode sair de pauta, de discussão, e poucas pessoas têm dado a importância devida à questão do meio ambiente.

Temos cobrado muito de autoridades questões do meio ambiente, mas muitas e muitas vezes o cidadão, o

ser humano, o indivíduo é responsável por uma quantidade enorme de destruições do meio ambiente, com repercussões extraordinárias logo à frente. Eu me assusto, Deputado Cheida, porque estamos mexendo não com uma casa que você reforma, não com um prédio que você derruba e constrói outro, estamos mexendo com a atmosfera onde nós vivemos, com o planeta onde nós vivemos! Nós pensamos: “Daqui a 50 anos eu não estou mais vivo”, mas meu filho, meu neto, meu bisneto vai estar vivendo estas condições insuportáveis devido a não termos tido a capacidade de pensar neste assunto enquanto ainda era tempo de voltar.

Parabenizo e até incentivo V. Exa. a continuar, em outras oportunidades, com pronunciamentos desse gênero, para que possamos, aqui dentro desta Casa, formar uma idéia de que precisamos ser divulgadores dessa tese, de conservação dessa natureza, não sermos “eco-chatos” mas sermos pessoas conscientes que alguma coisa precisa ser feita. Como V. Exa. mesmo diz: “Não é na casa do outro, é na casa da gente.” Se cada um cuidar do seu quintal, o país inteiro estará cuidado.

Então, quero parabenizar V. Exa. neste dia destinado ao meio ambiente e pela seriedade do assunto que V. Exa. traz à Tribuna.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Obrigado. Quero agradecer as palavras do Deputado Caíto Quintana e dizer a todos que não há dúvida nenhuma. Eu sou médico e a minha profissão é defender a vida, como muitos aqui que têm as suas profissões e eu fico bestificado, às vezes, de ver que damos de ombros a uma questão que está estampada na nossa frente, a ligação da economia com a questão ambiental é direta, não precisamos nem amar a natureza, a questão é basilar! Então, alerta e gostaria de repetir isso, porque a questão do zoneamento ecológico ou agroecônômico, como queiramos chamar, está intimamente relacionado com a estabilização do clima. E ao fazê-lo induzindo o produtor a produzir, a investir às vezes seus recursos em um tipo de lavoura, um tipo de plantação, um tipo de atividade econômica, podemos estar metendo esse cidadão numa grande fria, se não o assistirmos com a segurança que merece. E quem diz isso é o IAPAR, não sou eu, não é a Comissão de Ecologia desta Assembléia, que faz um belo trabalho.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Cheida, se o Presidente permitir, lhe cedo alguns minutos da Liderança da Oposição, até porque este debate, V. Exa. chega num ponto importantíssimo e que eu gostaria de fazer um comentário.

(Assentimento do Presidente)

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Agradeço ao Presidente e ao Deputado Rossoni e lhe concedo um aparte.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. sabe muito bem, eu não sou médico. Minha origem é outra. Eu trabalho no setor florestal. O que eu sinto neste momento da questão estufa, da questão meio ambiente é que na verdade, e disse muito bem o Deputado Caíto, de que muitos têm remédio para todas as soluções, para todos os problemas, mas na prática, quero fazer um convite a V. Exa., para fazer uma visita ao município de Bituruna por duas razões, se o senhor me fizer essa deferência. Primeiro, um trabalho que o Prefeito de Bituruna e as autoridades daquele pequeno município - é um município de 20 mil habitantes, urbanos mais ou menos 12 mil - e lá nós vivemos uma situação: o Prefeito da cidade encontrou uma situação para o lixo urbano, que inclusive foi um estudo feito pela Universidade de Minas Gerais e está servindo para muitos municípios do Paraná.

Para que V. Exa. tenha uma idéia, o trabalho de reciclagem feito pelo município de Bituruna dá as condições. Vamos fazer uma visita a um local de reciclagem. O que vem na mente das pessoas? As moscas, o mau cheiro e outros mais. No município de Bituruna o trabalho é tão exemplar do Prefeito e da sociedade, porque há uma conscientização de toda a sociedade, que temos recebido lá. Quando digo nós, falo dos Prefeitos, dos Vereadores, das autoridades responsáveis por este assunto. Ao receber lá pessoas, ambientalistas, Prefeitos, Vereadores, eles se dão ao luxo de almoçar no recinto da reciclagem, tamanho é o resultado.

Além disso - não sei se isso pode ser aplicado em uma grande cidade - ele é auto-sustentável. O resultado financeiro que dá da reciclagem, ele se auto-sustenta, tem 20 famílias trabalhando nesse local. Está servindo de exemplo para dezenas de municípios do Brasil, estão visitando a pequena cidade. E os investimentos feitos pelo Prefeito são pequenos perto do resultado.

Faço o convite a V. Exa. e a todos os Parlamentares. Coloco-me à disposição para recebê-los no município de Bituruna, cidade onde tenho a minha origem.

O segundo ponto, Deputado Cheida, é que quero concordar com V. Exa. quando V. Exa. fala do planejamento da propriedade, o zoneamento da propriedade. O que temos também na nossa região? Dezenas de assentamentos. Pequenos agricultores que não são oriundos dos sem terra, eles vivem nesse momento uma dúvida por não ter o zoneamento da propriedade. Então, ele não sabe onde plantar para viver e onde tem que preservar.

Acredito e ouvi V. Exa. falando, quando fala do planejamento da propriedade, talvez seja a solução de muitos problemas ambientais que temos hoje e que vivem na clandestinidade. O que faz o pequeno agricultor? Ele não tem uma pessoa qualificada para fazer o planejamento da sua propriedade, como eu tenho na minha propriedade. Quando vou fazer um projeto de reflorestamento, a primeira atitude é elaborar um projeto, fazer o planejamento da minha propriedade e encaminhar ao IAP para que esse projeto seja aprovado. Mas o que está acontecendo hoje, principalmente no Paraná? Torna-

se muito moderno, muito agradável à opinião pública, quando fazemos um pronunciamento favorável à questão ambiental, à questão estufa, mas acredito que neste momento, o que o Governo do Estado poderia oferecer, hoje, era o zoneamento das pequenas propriedades. Os grandes proprietários têm condições financeiras de fazer o projeto das suas propriedades. Os pequenos não têm e aí eles vivem o regime do medo, do terror. Chega um agente do IAP e faz a lei como ele bem entende. O agricultor não tem como se defender e, de medo, às vezes age na clandestinidade.

Eu residio e tenho as minhas propriedades numa região que mais preservou no Estado do Paraná. Faço aqui uma cobrança a todos: se formos comparar a região sul com a região de Londrina, a região sul é campeã em preservação. Lá na nossa região ainda, sobe-se em cima da ponte e vê-se a 10 metros para baixo, a água transparente, o peixe nadando, a pedra no fundo do lago e é uma região madeireira. O que nós precisamos nesse momento?

Concluo aqui e V. Exa. pode fazer uso do horário da Liderança da Oposição.

Precisamos agir rapidamente. Por quê? Deputado Cheida, uma coisa eu tenho que reconhecer. Eu já ouvi essa proposta, no Governo Jaime Lerner, do Presidente e do Secretário do Meio Ambiente: “Tem que fazer o planejamento, tem que fazer o zoneamento”, mas isso não aconteceu. O que está acontecendo e que é gravíssimo? O agricultor - o setor onde ele cria o gado, nós chamamos de invernada - o que acontece com o agricultor? Quando nasce um pinheirinho Araucária, e essa constatação não é nenhum absurdo o que estou falando aqui, quando nasce um pinheirinho Araucária no meio da sua invernada, ele passa a foice. Por quê? Porque se ele deixar o pinheiro lá, amanhã ele não vai mais fazer uso dessa propriedade.

Então, digo ao senhor, tentando contribuir, pelo conhecimento da vida que eu tenho: será que não seria melhor nós chegarmos nessa propriedade e dizermos para o agricultor: o senhor tem 20 alqueires. Aqui está a margem do rio. Você vai preservar tanto, vai fazer a cerca.... O gado, quando vai ao berço do rio, começa toda aquela situação que nós conhecemos...

O SR. PRESIDENTE (Stephanes Júnior)

Só para comunicar que o Horário da Liderança já foi usado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Se nós fizermos o zoneamento, não tenho nenhuma dúvida que os pequenos proprietários rurais vão colaborar e não precisará o Governo fazer cerca em margem de rio para preservação. Eles farão, mas eles precisam ter o direito de saber onde preservar e onde trabalhar. Com esse zoneamento, faz-se uma escritura pública e o respeito está ali, em cima da escritura e aí ficará fácil e nós colocaremos na prática, muito do que gostaríamos que acontecesse na questão ambiental.

Agradeço o aparte e lhe concedo mais 6 minutos, que tem a Liderança da Oposição, para que V. Exa. possa fazer as considerações com todo o conhecimento que V. Exa. tem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Stephanes Júnior)

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Agradeço, Presidente.

Deputado Rossoni, tenha em mim um aliado a está questão. Defendo algumas questões que às vezes chega a arrepiar os cabelos de quem está, muitas vezes, tentando fazer um outro tipo de política ambiental. Acho que essas suas colocações são próprias. Com relação ao convite, quero aceitar ir a Bituruna. Conheço o município, já estive lá na qualidade de Secretário. Mas, gostaria de estar lá com V. Exa. e quem sabe com a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, acompanhando a Comissão, para conhecer esse trabalho que parece-me pioneiro, na reciclagem do lixo.

Com relação ao zoneamento, sou eu quem gostaria de lhe fazer um convite: para que viesse expor essas idéias na Comissão de Meio Ambiente, porque existem duas questões que gostaria de no 2º semestre propor à nossa Comissão.

O primeiro deles, é que tenho discutido muito com o Deputado Pedro Ivo, o Deputado Elton e a Deputada Luciana, de como é que vamos resolver o problema do cultivo e reserva legal, que eu defendo e acho que tem que existir, para desmistificarmos essa questão.

A segunda questão é justamente do zoneamento das propriedades pequenas, que são 80% dos proprietários deste Paraná.

Gostaria, com a aquiescência dos nossos Pares da Comissão de Meio Ambiente, de ouvir os seus argumentos, dos demais Deputados que sei que trabalham com o setor de reflorestamento como é o caso do Deputado Kielse e outros, para que pudéssemos, quem sabe conjuntamente, comungando de uma diretriz única, apresentarmos aqui, e naturalmente ao estado do Paraná, uma solução que possa vir a ser pioneira também nesse setor. Tenho conversado muito a esse respeito, enquanto Secretário do Meio Ambiente do Paraná, não tive o tempo e a felicidade de me aprofundar nessa questão e porquanto não foi possível, mas, dentro, inclusive, do IAP e do próprio estado, da SEMA e outros locais, há muitos técnicos que comungam com essa idéia.

A questão básica é que possamos resolver a questão ambiental, dando a ela a dimensão que ela tem. dimensão da sustentabilidade e durabilidade e preservando os aspectos econômicos, porque sem eles não adianta aqui ficarmos fazendo poesia. Sabemos tanto quanto qualquer um outro, que o agricultor desesperado e às vezes sem dinheiro, corta a última árvore que tiver na propriedade para colocar arroz e feijão em cima da sua mesa.

Agradeço muito ao seu aparte, acho que foi muito elucidativo e agradeço a paciência dos nobres Pares e a gentileza do Deputado Waldyr Pugliesi de ceder-me também o tempo da Liderança do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Stephanes Júnior)

Próximo orador inscrito, o Deputado Luiz Carlos Martins. Na seqüência o Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Elio Rusch e a Deputada Luciana Rafagnin.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Temos como Deputado várias missões e com certeza a mais importante delas é a defesa da vida. Defender o meio ambiente, Deputado Cheida, é defender a vida. Essa é uma missão primordial de todos nós.

É sobre a vida que quero falar aqui. São 3 casos chocantes, são 3 casos que mexem com o mais dos insensíveis homens. Por mais duro que seja o ser humano, ele se comove diante desses casos.

Em fevereiro deste ano de 2007 foram encaminhadas a uma advogada minha amiga, 3 pessoas portadoras de neoplasia grave - câncer, para que a advogada atendesse no sentido de obter autorização judicial para obtenção de medicação pelo estado do Paraná.

Um deles é portador de leucemia mielóide crônica - CID 92.1, necessitando de medicação quimioterápica GVEK 400 miligramas, via oral. Os outros 2 são portadores de neoplasia grave - câncer no cérebro - CID 1- C 71.9, com medicação T modal 200 miligramas via oral.

As medicações que acabei de falar tem um alto custo. E os pacientes não têm a menor condição financeira de custear o tratamento, porque um deles custa aproximadamente R\$ 10.622,48 e outro R\$ 6.977,69.

Em fevereiro deste ano foi ajuizada ação ordinária de obrigação a fazer.

Um pedido de tutela antecipada em caráter de emergência contra o estado do Paraná. Um processo tramita na 4ª Vara da Fazenda - Autos de nº 48133. O outro na 2ª Vara da Fazenda - Autos 138/07 e o 3º na 3ª Vara da Fazenda - Autos nº 31103.

Os 3 casos obtiveram liminar de antecipação de tutela nas 3 ações. O estado do Paraná foi devidamente citado em todas as ações. Apenas cumpriu parte de uma delas da 3ª Vara para posteriormente suspender o fornecimento da medicação. Nas outras duas não forneceu nenhum medicamento até agora.

Desde Fevereiro deste ano essas 3 pessoas estão sem medicação. O estado do Paraná entrou perante o Tribunal de Justiça tentando cassar as liminares, mas em nenhum deles conseguiu. As Desembargadoras Ane Mara Serrano e Maria Aparecida B. de Lima, além de

confirmarem a decisão de 1º grau, mandaram intimar o estado para, em 24 horas, fornecer a medicação.

Novamente o estado foi citado, mesmo assim não cumpriu a ordem judicial. Novamente a advogada peticionou em juízo, denunciando a falta de cumprimento por parte do Sr. Governador. E o juiz da 4ª Vara, além de novamente intimar o estado, aplicou multa de R\$ 1 mil por dia, mesmo assim não cumpriu o estado a decisão judicial. Foi pedido então a intervenção do Ministério Público que, em parecer, determinou em caráter de urgência que o estado fornecesse as medicações, sob pena de além de multa, as medidas cabíveis ao descumprimento. Mesmo intimado novamente, deixou o estado de cumprir, numa total arbitrariedade e da liberdade pessoal. Em 02 de abril deste ano, como todos nós sabemos, o Governador baixou o Decreto nº 284, onde avoca para si a prévia e expressa autorização para aquisição de qualquer espécie de medicamento pelo órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Pois bem, nem isso mesmo, ou seja, só e somente o Sr. Governador pode autorizar a aquisição do medicamento. Só que este decreto é posterior à ordem judicial, às liminares. Estamos em junho de 2007, ou seja, 3 meses desde a ordem judicial e os pacientes estão sem medicação.

O Sr. Luiz Henrique Rodrigues, que já perdeu a visão, está começando a perder a consciência por falta de medicação, ou seja, está morrendo antes da hora, por falta de medicação por parte do estado.

O Sr. Jocélio Martins de Campos está entrando em fase terminal, também, antes do tempo, porque está sem medicação. E o senhor Antonio Fernandes de Oliveira ainda tem possibilidade de viver muito tempo, se tratado adequadamente, com medicação quimioterápica prescrita, pode obter melhora em até 60% de sobrevida. Mas, está aumentando o índice da doença a cada dia, por falta de medicação. Poderá, a qualquer tempo, contrair metástase e morrer antes do tempo.

Estou pedindo, aqui, neste instante, Sr. Presidente, estou fazendo um apelo à Liderança do Governo desta Casa, ao Líder Luiz Claudio Romanelli; estou fazendo também um pedido aos companheiros da base de sustentação do Governo: vamos deixar estes 3 como estão ou vamos tentar salvá-los? Ou vamos partir para a prática de defender a vida de verdade ou vamos ficar apenas no discurso, na retórica e na emoção?

Para encerrar, Sr. Presidente, será que temos o direito de determinar a hora que a pessoa vai morrer? Será que temos este direito? E se fossemos nós? e se fosse alguém da nossa família? Será que ficaríamos calados? Claro que não ficaríamos!

Então, quero fazer um apelo ao Sr. Governador: e o estado de direito? Como é que fica? E o Judiciário? Aonde é que vamos chegar? Quando não se respeita mais nem para defender a vida? É claro, não discuto, aqui, se o Governador tem direito de examinar estas compras todas ou não. Ele só não tem direito, mas tem, acima de tudo, a

obrigação de verificar e fiscalizar. O que o Governador não pode é querer ter o direito de determinar quando o ser humano vai morrer, no estado do Paraná! Isso ele não tem direito! O povo não lhe deu este direito! De determinar quando uma pessoa vai morrer ou se ela vai viver! E é assim que ele está agindo!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulta à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

(**Declina**)

Consulta os Democratas se farão uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso o horário do nosso partido para discorrer sobre um assunto, talvez mais importante para os municípios do estado do Paraná. Os municípios sobrevivem em função de duas receitas básicas: o FPM - Fundo de Participação dos Municípios e, também, o ICMS. E é sobre o ICMS que quero falar, na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Eu conversei com o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que nós íamos entrar, hoje, com um pedido de informações. Já tive a aquiescência do Líder do Governo para aprovar esse requerimento.

Nós temos, hoje, a legislação no nosso país. Claro, sem ela não poderíamos ter os Poderes constituídos. Uma lei inferior não pode contrapor com uma lei superior. Nós temos, na regulamentação dos impostos, diversas e inúmeras leis, mas quero me referir a algumas, por exemplo, a Lei Complementar Federal nº 063/90, que regulamenta a questão do ICMS, de alguns tributos do nosso país, da forma e da partilha a quem cabe essa receita que contribuinte paga. O empresário, na verdade, é um repassador dos impostos. Ele não paga, ele repassa, ele cobra do consumidor, do seu cliente.

Pois bem, temos uma lei estadual de 2001 que diz que o ICMS pode ser pago com precatórios alimentícios. Até aí tudo bem, mas o que diz lá no artigo 4º?

O Artigo 4º dessa lei diz o seguinte: *A compensação nos termos desta lei de débito fiscal com precatório de natureza alimentícia não será considerada forma de arrecadação tributária.* Isso é lei estadual, Deputado Edgar Bueno.

O que é que diz a lei complementar federal? E a lei complementar federal é superior a uma lei estadual. O que diz a Lei Complementar nº 063/90? No seu artigo 4º parágrafo 1º: *Na hipótese de ser o crédito relativo a imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, extinto por compensação ou transação, a repartição estadual*

deverá, no mesmo ato, efetuar o depósito ou a remessa dos 25% pertencentes aos municípios na conta de que trata esse artigo.

Pois bem. O que tivemos no estado do Paraná? Inúmeras empresas, Deputado Antonio Belinati, que quitaram o seu débito na Receita Federal do ICMS, com precatórios alimentícios. O Governo, por sua vez, pagou o seu débito que ele tinha com a empresa que tem o precatório e recebeu o ICMS como precatório. Fez-se uma transação, que quitou a dívida do estado e a empresa quitou a sua dívida. Quem arcou com o ônus? Os municípios, porque de todo o tributo, de todo o ICMS arrecadado, do seu bolo, 75% são do estado e 25% são dos municípios. O ICMS que foi quitado e pago com precatório, o estado quitou a sua dívida, mas os 25% do município não foram depositados na conta dos municípios.

Estou entrando com um requerimento, hoje - já comuniquei ao Líder do Governo, que prontamente entendeu necessário - para se saber qual o valor do ICMS que foi quitado, com precatórios no estado do Paraná. E se foi, de uma ou outra forma compensado, os municípios que têm o direito dos 25%.

Muito se fala em reforma tributária. Sabemos que o Governador do Estado sentiu exatamente essa lesão para os municípios e o Governo do Estado baixou um decreto, este ano, agora no mês de março, proibindo o pagamento de ICMS com precatórios alimentícios. Mas é um decreto, Presidente Nelson Justus e este não pode sobrepor a uma lei que temos no estado do Paraná. No dia em que entro com esse pedido de informações, também entro com uma lei revogando o artigo 4º da Lei nº 13213, para fazer justiça com os municípios do estado do Paraná.

Não sei, nunca me preocupei em aprofundar esta questão, mas no momento em que os municípios e algumas empresas vieram falar comigo, digo por uma questão de justiça tributária, não é possível que nós, do estado do Paraná ainda tenhamos a quitar e receber o débito desse tributo que é gerada a sua quitação com os precatórios.

Não quero me antever àquilo que possamos fazer amanhã ou depois ainda, mas nada mais justo que a Assembléia, no dia de hoje, aprovar esse pedido de informações que estamos apresentando e de posse dessas informações, depois do Governo do Estado, ver quanto foi quitado, qual o valor, o que representa para o estado do Paraná, quanto o estado perdeu, quanto ganhou e quantos municípios deixaram de arrecadar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PT, concedo a palavra à Deputada Luciana Rafagnin.

Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna hoje, inicialmente para fazer um convite a todos os Parlamentares desta Casa, para um encontro que acontecerá no próximo dia 13, na parte da manhã, às 9 horas, no plenarinho desta Casa, que está sendo promovido pelo CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar do Estado do Paraná e também pela Frente Parlamentar da Lei de Segurança Alimentar criada nesta Casa, na qual quero agradecer com muito carinho a participação dos Deputados, de uma maneira especial ao Pastor Edson, Vice-Presidente desta frente, Deputados Rosane, Péricles, Augustinho Zucchi e Cheida, que fazem parte da Frente Parlamentar da Lei de Segurança Alimentar.

É importante esse debate, que é uma preparação dos Delegados que vão participar da 3ª Conferência Nacional e teremos aqui a presença nesse dia do Presidente Nacional do CONSEA, Francisco Menezes.

Fica o convite a todos os Parlamentares, no dia 13 à partir das 9 horas. Os Deputados que estiverem interessados e quiserem discutir toda a questão da segurança alimentar e nutricional do nosso estado, estão convidados a participar desse debate. Debate importante que vamos estar promovendo aqui no nosso estado do Paraná.

É um segundo assunto que me traz à tribuna é justamente este dia em que comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Quero aqui parabenizar todos os Deputados que se manifestaram, que falaram e estão agindo, tendo alguma ação com relação à preservação, ao cuidado que temos que ter com o nosso meio ambiente.

É importante dizer que esta Casa não está só no discurso. Pelo que observamos aqui pelos Parlamentares, muitas ações estão sendo desenvolvidas. Algumas com relação à questão do cuidado do lixo, dos rios, das nascentes, das matas; a questão do controle do uso abusivo dos agrotóxicos. Ficamos preocupados, Pastor Edson, porque quando aqui o Cheida nos traz números que nos deixam pasmos, com relação ao uso de agrotóxicos no nosso estado, fico preocupada porque não é só dizer que o nosso solo absorveu isso, mas nós estamos absorvendo porque estamos consumindo os alimentos. É uma questão que acredito que todos os Deputados devem estar preocupados.

Cedo aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Quero citar um dado da Universidade de Londrina, que fez um estudo do leite das mães londrinenses há uns anos atrás, o Centro de Tecnologia de Alimentos: 83% do leite das mães londrinenses têm agrotóxicos, e quase 100% dele é o BHC. O BHC está proibido há 20 anos. E, se está no leite da mãe, sendo o primeiro alimento do recém-nascido, está no corpo do pai. Porque tanto o homem, como a mulher tem a mesma constituição, praticamente, biológica. Então, só para citar um dado, numa terra onde tinha algodão e café, se usou o BHC enormemente, mas essa quase que é a regra, pelo menos da região do Trópico de Capricórnio para cima, que pega o

norte velho, o norte novo, o norte pioneiro, o noroeste do estado do Paraná. Este é um dado de uma universidade de respeito.

Obrigado pelo aparte.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Um dado importante, e ficamos ainda mais preocupados quando falamos do uso do agrotóxico aqui e acredito que os demais Parlamentares também têm essa preocupação, e que devemos trabalhar um pouco mais a questão da conscientização e partir para uma questão de um alimento mais orgânico, mais puro e tentar evitar ao máximo o uso de agrotóxicos, que hoje vem já prejudicando o ser humano. Sabemos já as consequências que isso tem.

Tendo em vista também a preocupação que esta Deputada, que esta Parlamentar também tem com relação ao meio ambiente, é que apresentei nesta Casa, estará dando entrada no dia de hoje um projeto que institui aqui no estado do Paraná, um programa de recuperação e proteção das minas naturais de água. Sabemos que hoje muitas são as propriedades, muitos são os agricultores que partem para a questão da perfuração de poços artesianos. E isso, sabemos que os agricultores utilizam uma frase: “é o último cartucho”, porque de onde vai sair água se não for do poço artesiano? Mas, sabemos também as consequências que os poços artesianos estão trazendo para o nosso meio ambiente. E quando não tiver mais água, o que vamos fazer?

Então, esta é uma preocupação grande que esta Parlamentar tem e por isso que estamos apresentando neste dia, o programa que institui no estado do Paraná, o programa de recuperação e proteção das minas naturais de água. O projeto em si prevê que seja feito um mapeamento das minas naturais, que seja trabalhada a conscientização das famílias beneficiadas e também a elaboração de projetos de preservação com a participação da família e da comunidade, de como preservar melhor a sua fonte, a sua mina de água. E também o projeto ainda prevê a proteção da mata em torno da mina, a proteção do solo com cimento para garantir a qualidade da água, a análise sistemática da qualidade da água, orientação sobre a importância da preservação, a redução da perfuração de poços artesianos nos solos paranaenses e a implantação de microsistemas de abastecimento através de minas naturais.

Falo desse projeto, um programa a ser implantado no estado do Paraná, porque nós já temos um exemplo disso na região sudoeste do Paraná. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região Sudoeste vem trabalhando há cerca de 2 anos em uma parceria com a PETROBRAS, um apoio que a PETROBRAS está dando a esse programa da recuperação das fontes e esse projeto, hoje, já atende 27 municípios, já trabalhou a questão da recuperação e preservação de mil fontes de água, já atingiu 3 mil famílias e isso tem mudado muito a forma de os agricultores trabalharem na propriedade. E sabe que existem

alternativas preservando hoje a nascente que ele tem lá, sem necessariamente ter que logo partir para a questão de um poço artesiano, que mais tarde terá também as suas conseqüências.

Esse projeto também foi trabalhado nas escolas, na questão da conscientização dos alunos. Então, já envolveu 108 escolas, envolveu mais de 12 mil estudantes, que inclusive participaram de um programa da escolha de qual seria o emblema utilizado para o projeto que está sendo desenvolvido. É importante citar isso, porque desde já se trabalha no colégio a questão da conscientização dos nossos adolescentes, dos nossos jovens e das nossas crianças. Esse programa que vem sendo desenvolvido no sudoeste tem tido um resultado ótimo para todas as famílias - todo mundo está satisfeito e muitas famílias que tinham problemas muito graves na questão da água não perceberam que tinha uma nascente e que era possível recuperar aquela nascente que hoje tem água à vontade, não só para sua casa, mas em muitos lugares e abastece também a própria comunidade.

Então, é muito importante trabalhar um programa dessa natureza. Tenho certeza da preocupação que os Parlamentares também têm com relação ao nosso meio ambiente e a certeza que esse projeto será aprovado nesta Casa. Também tenho a certeza da preocupação que o Governador Roberto Requião tem com relação ao nosso meio ambiente e tenho certeza que também estará sancionando esse projeto que, com toda certeza, tendo em vista já o exemplo que temos no sudoeste desse programa desenvolvido pelos sindicatos com as prefeituras e com os agricultores, tenho certeza que teremos um bom resultado no nosso estado do Paraná e assim estaremos também fazendo a nossa parte na preservação do nosso meio ambiente.

Era isso, Sr. Presidente! Quero agradecer de uma maneira especial ao nosso Líder, Deputado Elton, que nos cedeu o horário da liderança do partido. Agradecer a oportunidade de falar desse projeto e mais uma vez reforçar o convite para o encontro que vai preparar a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, fica o convite a todos os Parlamentares para o dia 13.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para registrar e parabenizar o senhor pela substituição no dia de hoje, como mais uma homenagem ao Dia do Meio Ambiente, da substituição dos copos descartáveis pelos copos de vidro. Estava conversando com um dos nossos colaboradores e ele me dizia que hoje estamos economizando cerca de 400 copos descartáveis. O meio ambiente agradece!

E também quero registrar e agradecer ao Deputado Durval Amaral, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que no dia de hoje, também em homenagem ao

Dia do Meio Ambiente, priorizou os projetos de lei que dizem respeito à proteção do meio ambiente.

Muito obrigada e a Casa está de parabéns!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns a todos!

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 148/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo a doação de imóvel urbano à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, na cidade de Guairacá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 149/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo a implantação da Ala de Queimados junto ao Hospital Regional do Noroeste na cidade de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 150/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo a implantação de Serviço Móvel de Urgência - SAMU, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS, de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 151/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo obras de reforma e ampliação das pistas de acostamento da rodovia PR-569, trecho Nova Londrina - Marilena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 152/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo apoio do Governo do Estado ao Programa Melhoria da Infra-Estrutura do Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva constante do expediente, designando o Sr. Deputado Tadeu Veneri, para representar esta Casa de no 3º Congresso Nacional do MST, nos dias 13 e 14 de junho de 2007, na cidade de Brasília/DF. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva constante do expediente, designando a Sra. Deputada Luciana Rafagnin, para representar esta Casa de Leis em audiência com o Ministro da Educação, em defesa do Instituto MERCOSUL. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente.

Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1585, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, a partir desta data. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 125/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que denomina Vítório Traiano, o contorno Leste de Francisco Beltrão, entre as Rodovias PR-566 e PR-483. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 222/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a doar veículos dispensados pela Administração, que possuam mais de 20 anos de fabricação, a entidades antigomobilistas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/07, de 04/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 305/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Santa Casa de Misericórdia Maria Santíssima, com sede e foro no município de São Pedro do Ivaí/PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/07, de 30/04/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 229/07, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na comarca de Francisco Beltrão, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas - **Aprovadas.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no município de Nova Laranjeiras. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre a Urbanização de Microbacias nos Perímetros Urbanos do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA.

Sobre o referido projeto, emenda de plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01 AO
PROJETO DE LEI Nº 097/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 141 do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º O artigo 2º do Projeto de Lei nº 097/07 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os loteamentos licenciados pelo poder público devem preferencialmente ser projetados de forma

que os cursos hídricos e nascentes existentes na área do loteamento tenham em seu entorno uma área mínima, conforme especifica o Código Florestal, Lei nº 4771/65. Após esta faixa de preservação, de mata ciliar será construída a rua com as pistas de rodagem específicas, de acordo com o Plano Diretor de cada cidade.”

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Francisco Bühner, Luiz Accorsi, Elio Rusch e 01 ilegível.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, fica estabelecido que o Governo do Estado do Paraná abone as faltas ao serviço dos servidores públicos estaduais que professem a religião Judaica ou Islâmica e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH.

Sobre o referido projeto, proposta de emenda, nos seguintes termos.

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 106/07

O Projeto de Lei nº 106/07, com parecer favorável do nobre Deputado Luiz Carlos Martins já aprovado pela CCJ, que trata do abono de faltas ao serviço dos servidores públicos estaduais que professem religião Judaica ou Islâmica e dá outras providências, fica modificado nos seguintes termos:

Art. 1º Fica estabelecido que o Governo do Estado do Paraná, crie programa de abono e/ou compensação às faltas dos servidores da rede pública estadual que professem a religião Judaica, Islâmica, Adventista do Sétimo Dia e demais denominações enquadradas no mesmo preceito, no seu dia de guarda e/ou feriado religioso, respeitando-se de cada uma os seus horários e ritos próprios.

Art. 2º Para que haja o abono e/ou compensação da falta é necessário a comunicação por escrito, à respectiva chefia imediata, com o mínimo de 7 (sete) dias de antecedência, demonstrando através de documento assinado, por sacerdote ou assemelhado, de que aquele dia é de consagração religiosa e que o servidor professa a respectiva religião.

Sala das Sessões, em 05.06.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoiamento:

Cida Borghetti, Dr. Batista, Edson Strapasson, Mauro Moraes, Teruo Kato e Felipe Lucas.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modifica o projeto do nobre Deputado Ney Leprevost, que em seu escopo visa ampa-

rar aqueles que reverenciam dias religiosos diferentes das demais religiões, pretende apenas estender esse direito e benefício àquelas denominações que também têm como dia consagrado, feriado e/ou de guarda, um mesmo dia em comum, cujas dimensões em número, qualidade e geografia já foram muito brilhantemente esposadas na justificativa exordial.

Sem exceção recebem todas, igualmente, o amparo constitucional do artigo 5º, inciso VI. Além de alcançar outras denominações, a presente proposta de emenda modificativa visa alterar o benefício proposto originalmente, especialmente no que tange ao “abono de faltas”, tão somente, para “compensação das faltas” o que seria mais justo do ponto de vista funcional em relação aos demais servidores, quer no que concerne à contemplação do princípio isonômico constitucional, quer do ponto de vista da equidade laboral, ou seja, para que a lei não crie privilégios em detrimento dos demais servidores, a que contemplar a carga laboral, o que pode ser perfeitamente compensada em horários e dias que não colidam com os princípios e preceitos, ritos e forma do dia de guarda e feriado das religiões aqui alcançadas.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia dentro do estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que altera a redação da súmula e do artigo 3º da Lei Estadual nº 15267, de 18 de setembro de 2006 (Prioridade de vaga escolar próximo da residência). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais da Comunidade do Faxinal dos Dias, com sede e foro no município da Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a União Paranaense de Apoio a Criança com Câncer - UNIPACC, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santo Antonio do Paraíso, com sede no município de Santo Antonio do Paraíso e foro no município de Congoinhas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública estadual de ensino. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CEMA e CECECT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/07, de 01/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 065/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, institui o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública estadual de ensino.

O projeto de lei do nobre Deputado está amparado na Constituição Federal que em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, diz:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

(...)

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Já a Constituição Estadual também ampara o projeto em seu artigo 207, parágrafo 1º, inciso X e XI que diz:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º Cabe ao poder público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

(...)

X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de

acordos, convênio, e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98, no que diz respeito à cláusula de revogabilidade.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto, opinando-se pela sua aprovação com a emenda corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 065/07

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 065/07

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Mauro Moraes, tem por objetivo instituir o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública estadual de ensino.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça em relação à constitucionalidade e legalidade.

Fundamentação

Esta Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, cabe examinar a matéria sob a ótica do mérito educacional e cultural, nos termos do artigo 33, parágrafo 8º do Regimento Interno deste Poder.

O presente projeto vem de forma correta operacionalizar o programa, com envolvimento de alunos, professores, administradores e funcionários da escola, mas também em colaboração imediata, a começar dos pais de alunos, não esquecendo, inclusive, de organizações não governamentais. Não poderia também, deixar de mencionar o papel do conselho a ser criado a cada ano letivo, visando a sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da participação no programa.

A idéia de retorno econômico-financeiro para a escola, abre precedente positivo para a rede pública de ensino, pois, passa a ter uma receita além dos recursos públicos para investir na própria escola.

A matéria, portanto, é de grande benefício à rede pública de ensino do nosso estado.

Conclusão

Pelo exposto, apresentamos parecer favorável ao presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 065/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Mauro Moraes, pretende instituir o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede estadual de ensino.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a opinar, e entendendo que nada obsta ao seu prosseguimento, uma vez que estimula e dá condições para educação ambiental ao mesmo passo que garante a separação de resíduos em nossos colégios, somos favoráveis ao prosseguimento do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que cria no âmbito do Estado do Paraná, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC, CEMA e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 153/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 153/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, tem por escopo criar, no âmbito do Estado do Paraná, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água.

Fundamentação - Legitimidade

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 24, VI, que é de competência da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios legislar concorrentemente sobre a defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente.

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. (grifo nosso)

Quanto a obrigatoriedade do Poder Executivo regulamentar o presente projeto de lei no prazo de 120

dias, entendemos que tal ato fere o Princípio Federativo de Divisão entre os Poderes. A teoria da separação dos Poderes estrutura-se em 3 alicerces fundamentais, quais sejam:

O primeiro, consiste na separação estrutural dos poderes, significando que os poderes são atribuídos a organizações de pessoas e bens diversas e autônomas em si. Cada uma das estruturas organizacionais é dotada de uma margem de autonomia, o que significa ausência de subordinação à outra.

O segundo, determina que se faz necessária a diferenciação entre as funções estatais, o que se realiza em consequência de sua materialidade. Classicamente são encontradas 3 funções diversas: a legislativa, a jurisdicional, e por fim a administrativa ou executiva.

Nesse contexto interpretativo, a função legislativa é senão de elaborar as leis gerais e específicas. A função jurisdicional do estado é a de aplicação das leis no caso concreto para o deslinde de litígios. E a função administrativa ou executiva do estado é a realização concreta dos anseios coletivos, com a execução administrativa de projetos.

O terceiro, consiste na atribuição a cada uma das estruturas estatais, organizacionais, um tipo diverso de função. Cada estrutura estatal é revestida de competências diversas, e não se limita, ao menos em princípio, ao exercício de somente uma única função.

Considera-se ainda que, para a melhor atuação do estado, esses poderes devem estar separados, porém conjugados no Poder harmonicamente.

O Poder Executivo desempenha por sua vez, funções relacionadas ao Poder Legislativo. É dotado ainda de competência para editar atos de cunho normativo e no caso em tela, a regulamentação do presente projeto.

Assim sendo, entendemos não ser possível obrigar o Poder Executivo regulamentar o presente no prazo de 120 dias.

Conclusão

No que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre a técnica legislativa.

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos disposto na Constituição Federal, resta clara a constitucionalidade do projeto em tela. Nosso parecer é pela aprovação do presente, desde que atendida a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 153/07

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento desta Casa, apresento a emenda supres-

siva ao artigo 3º do presente projeto, passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.”

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 153/07

P A R E C E R :

O projeto ora em análise visa criar no âmbito do estado do Paraná, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água.

Nota-se, pela análise do projeto, que está sendo proporcionada a instalação e utilização de sistemas de aquecimento solar de água em propriedades públicas e privadas, estabelecendo ainda que o Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Em análise por esta Comissão, de acordo com o artigo 33, parágrafo 7º do regimento Interno desta Casa de Leis, denota-se que a propositura não implicará em gastos significativos, em desalinho com a Lei de Responsabilidade Fiscal, até mesmo pelo fato de que o projeto não obriga, mas possibilita a tomada de atitude, após a instalação do programa. Senão leia-se o termo “... é direcionado a instalação ...”. Ademais, como o Poder Executivo regulamentará este projeto, por certo fará com que sejam atendidas as necessidades financeiras ora sob discussão.

Sendo assim, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 153/07

P A R E C E R :

Tem o projeto de lei de autoria da nobre Deputada Rosane Ferreira, a finalidade de que seja criado no estado do Paraná, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água.

Trata-se de uma iniciativa merecedora de apoio e elogios à autora, pois o objetivo principal é incentivar o uso de aquecedores solares nas edificações públicas e privadas, por ser uma energia limpa, que proporcionará economia de consumo de energia e diminuição de custo, além de muitos outros benefícios ao meio ambiente.

Acompanhando a decisão da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ e também da Comissão de Finanças, apresentamos nosso parecer favorável pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 153/07

P A R E C E R :

De autoria da ilustre Deputada Rosane Ferreira, o presente projeto de lei cria, o assim denominado, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água, no âmbito do estado do Paraná, o qual tem como objetivo o incentivo à instalação e utilização de sistemas de aquecimento solar de água em propriedades públicas e privadas.

O texto legal ora proposto limita-se a criar o referido programa e remete ao Executivo regulamentá-lo, sem estabelecer quaisquer outras garantias, nem financeiras, nem técnica, nem programática. Apenas, em sua justificativa, faz rápida referência à adoção de políticas públicas para o uso de energia gerada por aquecedores solares em edificações em geral, diminuindo assim o uso de outras fontes de energia que agredem o meio ambiente, sem, no entanto, especificar quais seriam estas políticas públicas e como deveriam ser implantadas.

Por estas razões entendemos que a proposta de lei se limita a indicar ao Executivo a efetiva criação deste programa governamental e assim deveria ter esta modalidade de proposição legislativa, mormente que um programa governamental, deve ter iniciativa daquele Poder, até porque, se não implantada, a lei não passa de mera intenção, por mais nobre que seja.

Entretanto, como o projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem como das Comissões de Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicação; e considerando-se a função desta Comissão a análise do mérito do projeto e não a sua legalidade, mormente quanto à sua iniciativa, nos posicionamos, quanto aos seus fins, pela aprovação, podendo ser devidamente especificada e instrumentalizada pelo Governo do Estado, objetivo certamente de sua propositura.

Assim, somos de parecer favorável para a sua aprovação, quanto ao seu mérito.

Sala das Comissões, em 04.06.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
ELTON WELTER - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração estadual, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 230/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Pastor Edson Praczyk visa promover, dentro dos órgãos da administra-

ção pública, programas de incentivo à redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados no exercício de suas funções.

Fundamentação

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 87, estabelece como prerrogativa do Governador do Estado as atribuições referentes à administração estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

III - exercer, com auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

De acordo com o referido artigo, a iniciativa para legislar sobre a matéria em questão é privativa do Governador do Estado. Logo, ao ser exercida pela Assembleia Legislativa, tal projeto é revestido de vício de iniciativa. O projeto de lei que nasce viciado em sua origem tem a seguinte consideração pelo Supremo Tribunal Federal - STF:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2300	
PROCED.:	RIO GRANDE DO SUL
RELATOR:	MINISTRO CARLOS BRITTO
REQTE.:	GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVDS.:	PGE-RS - PAULO PERETTI TORELLY E OUTRO
REQDA.:	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido de medida cautelar de suspensão dos efeitos da Lei Complementar nº 11370, de 14 de setembro de 1999, do estado do Rio Grande do Sul. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Nelson Jobim, Celso de Mello e Sydney Sanches. Plenário, 05.10.00.

EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complementar nº 11370/99, do estado do Rio Grande do Sul. Direitos e Vantagens de Servidores Públicos Estaduais. Alegada contrariedade aos artigos 2º; 37, *Caput*; 61, .1., II, C; e 84, II, da Constituição Federal. Plausibilidade das alegações de inconstitucionalidade em relação a ocorrência de vício de iniciativa legislativa e a supressão de poderes do Governador do Estado no exercício da direção superior da administração pública estadual. Medida cautelar deferida para suspender, até o julgamento final da ação, a eficácia do diploma normativa sob enfoque.

O desrespeito à cláusula de iniciativa reservada das leis em qualquer das hipótese taxativas previstas no texto da carta política, traduz situação configuradora de inconstitucionalidade formal, insuscetível de produzir qualquer consequência válida na ordem jurídica.

A usurpação da prerrogativa de iniciar o processo legislativo qualifica-se como ato destituído de qualquer eficácia jurídica, contaminando, por efeito de repercussão causal prospectiva, a própria validade constitucional da lei que dele resulte. Precedente. Doutrina.

...um projeto resultante de iniciativa inconstitucional sofre de um pecado original, que a sanção não tem a virtude de apagar, até porque, a par das razões jurídicas militam os fortes motivos políticos que determinam a exclusividade da iniciativa presidencial, cujo afastamento poderia conduzir a situações de intolerável pressão sobre o Executivo CAETANO, Marcelo. Direito...Op. cit. V.2, p.34; MEIRELLES, Hely Lopes. Estudo e pareceres...Op. cit. v. 8.p. 22-36.

O projeto de lei em questão também viola o artigo 2º da Constituição Federal, que estabelece a separação dos Poderes. O Poder Legislativo está dando ordens ao Poder Executivo, no caso em voga, determinando a diminuição da utilização de certo tipo de material e determinado procedimentos a serem seguidos. Não há o que o legislador estadual determinar atribuições ao Governador do Estado, no que tange ao exercício regular de suas prerrogativas. Isso porque, configuração senão descompasso gritante ao princípio basilar da divisão dos Poderes, sendo suprimida a possibilidade de iniciar o processo legislativo, em casos específicos, ao seu alvedrio, conforme lhe é garantido constitucionalmente. A vontade legislativa deve partir do Governador.

Assim, verificamos que a iniciativa para legislar sobre criação de um programa de reciclagem de matérias no âmbito da administração estadual é do Poder Executivo e que não pode surgir de uma determinação da Assembleia Legislativa.

Conclusão

Diante do exposto, sugere-se a emenda substitutiva geral anexo, saneando alguns vícios para que assim o presente projeto obtenha sua constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 230/07

O Projeto de Lei nº 230 passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º Os órgãos da administração pública estadual, direta, indireta, autárquica e fundacional, poderão promover para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel.

Art. 2º Poderá ser disponibilizada, nos prédios públicos, coleta seletiva dos materiais ali gerados.

Art. 3º Faculta ao Executivo Estadual adotar, na progressão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, o uso de papel não clorado em seus materiais de expediente, tais como folhas de ofício, envelopes, fichários, formulários, de forma a, no prazo de 4 (quatro) anos, abolir a utilização e papel clareado a cloro.

Art. 4º O Poder Executivo poderá adotar, gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no artigo anterior, papel reciclado no material escolar entregue às escolas.

Art. 5º Fica o Poder Executivo responsável a regulamentar a presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 230/07

P A R E C E R :

A proposta de projeto de lei do nobre Deputado Pastor Edson Praczyk dispõe sobre a reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração estadual e dá outras providências.

O referido projeto propõe ao poder público uma prática sustentável com o uso de papel não clorado e reciclado, além da redução anual de 25% no consumo de papel clareado com cloro, consumido pelo poder público no âmbito do estado do Paraná.

A proposta do projeto vem ao encontro das políticas sócio-ambientais de preservação e sustentabilidade de todo o planeta.

Sendo assim, esta comissão emite parecer favorável à proposta de Projeto de Lei nº 230/07.

Sala das Comissões, em 28.05.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
ROSANE FERREIRA - Relatora

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Casa de Caridade Dr. Yuri, com sede e foro no município da Guaratuba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 301/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por escopo declarar de utilidade

pública a Casa de Caridade Dr. Yuri, com sede e foro no município de Guaratuba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de Utilidade Pública, a Associação Kaiko - Centro de Estudos de Artes Marciais, com sede e foro na cidade de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 327/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Luizão, declara de utilidade pública estadual a Associação Kaiko - Centro de Estudos de Artes Marciais, com sede e foro na cidade de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1571, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1520, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1521, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1548, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1551, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, com apoio da Sra. Deputada Luciana Rafagnin e do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1552 e 1555, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1556, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1557, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1561, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1563, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1569, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1570, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1573, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1577, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1580, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1559, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 1513, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1538, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1568, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1574, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1581 e 1584, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1558, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, encaminhamos pela rejeição desse requerimento, em função de que as informações que são solicitadas pelo Parlamentar foram inclusive votadas por esta Casa, quando estabeleceu a permuta, entre o prédio antigo, do antigo fórum, como o futuro Centro Judiciário do Ahú.

Essas informações na verdade, são informações que são absolutamente dispensáveis.

O requerimento na verdade é baseado em notícia de jornal e que só tem o propósito de promover desgaste político. Certamente, sei que o Deputado Jocelito deve ter ficado muito satisfeito com a aprovação de todos os outros requerimentos encaminhados no dia de hoje, pela Liderança do Governo. Queria pedir ao Deputado Jocelito que retire esse requerimento. Se não compreender dessa forma, encaminhamos pela rejeição do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou ler a súmula do requerimento que faço ao Governador Requião. O meu requerimento solicita as seguintes informações ao Governo.

(Lê súmula)

Sr. Presidente, o Deputado Romanelli não entendeu o teor do meu requerimento. O meu requerimento quer apenas saber o quanto custou e para isso preciso buscar o projeto inicial. O meu requerimento quer saber o quanto custou aquela modificação que foi feita, que carinhosamente estou chamado de “Palácio do Pito”, porque tudo isso se originou na questão do pito. Pito no termo popular é chamar a atenção. E o Governador Roberto Requião, no dia 1º de janeiro, logo após a sua posse, fez uma visita ao “Palácio do Pito”. E lá no palácio ele disse: “Já fizeram parede lá no fundo. Podem tirar as paredes. Eu não quero buraco para ninguém. Parece que vocês não entendem o que eu digo. Para quê fazer um troço desse tamanho, encher de cubículo de coelho? Tira tudo isso. Do meu gabinete também.”

Sr. Presidente o que eu quero saber é o seguinte: pode um Governador determinar que se modifique um projeto que foi orçado, que tinha gastos definidos? Tinha um projeto. Esse projeto, no meu entendimento, foi aprovado pelo Governador. Ele autorizou fazer um projeto. Esse projeto deve ter uma RT, ter uma licitação, pode ter até tido algum aditivo que pode ser dado. Mas esse prédio

tinha uma finalidade e uma definição de projeto até o final. Mas de repente o Governador acordou alegre naquele dia 1º, estava tomando posse.

Estou acabando, Sr. Presidente, vou só usar os 10 minutos a que tenho direito, nada mais.

Chegando lá, o Governador estava alegre, eufórico estava assumindo o 3º mandato como Governador, e ele, naturalmente, resolveu extrapolar naquele dia. E tudo isso virou um grande pito, que ocasionou a saída do Guilherme Caron do Governo, que trabalhava no Governo. Em seguida, o pai, ofendido que foi por uma carta também pediu demissão. E por fim, Guilherme Caron mandou mais uma carta agora e aí ocasionou a saída definitivamente do Secretário Caron. Mas o que me interessa também...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrou seus 10 minutos!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O seu relógio é mais britânico que o suíço.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O meu relógio é suíço, é um Rolex.

Está encerrada a discussão. São 10 minutos.

V. Exa. tem mais 1 minuto para concluir.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só quero dizer a V. Exa. que sou Deputado, como

V. Exa. O senhor tem que respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Exatamente. V. Exa. já encaminhou por 10 minutos. Nós ouvimos com muita paciência. Não encaminha mais!

Em votação.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai-se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Está **rejeitado** o requerimento.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 101, 231 e 331/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 065, 153, 230, 301 e 327/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 257, 370 e 371/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico

PREGÃO ELETRÔNICO 005/07

Modalidade:

Pregão Eletrônico 005/07 - Protocolo 1805/07 - 08/03/07

Contratante:

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada:

Máster Auction Comércio de Alimentos Ltda.

Objeto:

Fornecimento de aproximadamente 1.000 quilos de açúcar mensal.

Vigência:

01/04/07 a 31/12/07

Valor:

R\$ 1,11 por quilo

Dotação:

3390.3000

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Contrato de Fornecimento de Açúcar

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE AÇÚCAR

Contratante:

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Praça Nossa Senhora da Salete, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/0001-09, neste ato representada pelo Sr. Abib Miguel, Ilmo. Sr. Diretor Geral desta Casa;

Contratada:

MÁSTER AUCTION COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Natal, 187, Cajuru, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 05.046.360/0001-48, neste ato representada por Cláudio Roberto Ferreira, portador da célula de Identidade nº 7.751.168-7 e inscrito no CPF/MF sob nº 025.766.909-47;

Cláusula Primeira: Do Objeto

Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes

em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Eletrônico nº 005/07 juntamente com seus anexos e a proposta da Contratada, tendo por objeto, o fornecimento de aproximadamente 1.000 (um mil) quilogramas de açúcar mensais, conforme descrito na Cláusula Segunda do presente Instrumento.

Parágrafo Único: O fornecimento do objeto do presente Contrato compreende atendimento no âmbito deste Poder de acordo com a necessidade de seus setores.

Cláusula Segunda: Do Preço

Conforme apresentado por ocasião da abertura das propostas o preço praticado será o seguinte:

Item	Quant.	Especificações	Tipo	Preço Unitário
1	1.000	Quilogramas de açúcar refinado especial, 100% puro de 1ª qualidade, em embalagem de 1 quilo, acondicionados em fardos com 10 unidades.	kg	R\$ 1,11

Parágrafo Único. O preço máximo global mensal será de R\$ 1.110,00 (Hum mil e cento e dez reais).

Cláusula Terceira: Condições de Pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal, correspondente ao fornecimento realizado.

Cláusula Quarta: Prazo de Entrega

O prazo de entrega será de no máximo 03 (três) dias após o pedido efetuado pela Coordenadoria de Almoxarifado.

Cláusula Quinta: Prazo de Vigência

O presente Contrato estará em vigor de 1º de abril de 2007 a 31 de dezembro de 2007.

Cláusula Sexta: Forma de Execução

A execução do presente contrato dar-se-á sob a forma fracionada durante o período de vigência.

Parágrafo Único. As quantidades solicitadas são baseadas em estimativas de consumo, não configurando obrigatoriedade de consumo, podendo haver variações nas quantidades mensais solicitadas.

Cláusula Sétima: Recurso Financeiro

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro: 3390.3000.

Cláusula Oitava: Dos Direitos e Responsabilidades das Partes

Constituem direitos da Contratante receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

§ 1º Constituem obrigações da Contratante:

I - efetuar o pagamento ajustado;

II - dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato; e,

III - comunicar formalmente a Contratada, no prazo de 10 (dez) dias, a necessidade de modificações nas condições ajustadas.

§ 2º Constituem obrigações da Contratada:

I - prestar o fornecimento dentro do prazo de entrega e na forma estabelecida pela Contratante e demais normas que se refiram ao presente objeto e suas características;

II - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros, decorrentes da execução do presente Contrato;

III - manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº 005/07; e,

IV - apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

Cláusula Nona: Das Sanções Administrativas para o caso de Inadimplemento Contratual

A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, artigo 86 a 88 da Lei 8666/93 e responsabilidades civil e criminal:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento); e,

II - até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

Cláusula Décima: Da Rescisão

O presente Contrato deverá ser rescindido caso ocorram quaisquer fatos indicados no artigo 78 da Lei nº 8666/93.

Parágrafo Único. A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n 8666/93.

Cláusula Décima Primeira: Da Legislação Aplicável

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n° 10406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro; na Lei Federal n° 8666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações; na Lei Federal n° 10520, de 17 de julho de 2002; no Decreto Federal n° 5450, de 31 de maio de 2005; na Lei Estadual n° 15117, de 12 de maio de 2006; no Decreto Estadual n° 4880, de 16 de outubro de 2001; aplicando-se-lhe supletivamente os preceitos de direito público; princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal n° 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Décima Segunda: Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação aplicável referida na Cláusula Décima Primeira e dos Princípios Gerais do Direito.

Cláusula Décima Terceira: Da Garantia

A Contratada assegura a garantia dos produtos fornecidos, comprometendo-se a imediata substituição dos mesmos caso apresentem vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo, conforme artigo 18 e seguintes da Lei Federal n° 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Décima Quarta: Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, em 1° de abril de 2007.

(aa) ABIB MIGUEL

Contratante

GLÁUCIO ROBERTO FERREIRA

Contratada

